



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2010-2014)

7ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José da Graça Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Nenésio Afonso

Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberto a sessão as 9 horas e 30 minutos.

A Mesa deu conta da síntese das iniciativas que deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional.

Antes da Ordem do Dia. — O Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) interpelou a Mesa sobre os critérios de anúncio e publicação dos expedientes que entram e que são expedidos pela Mesa.

Produziram declarações política os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Aurélio Martins (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI), pelo que o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) reagiu a esta última declaração, no quadro de defesa a honra.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) falou da manifestação, apelou ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional e ao Sr. Primeiro-Ministro para respeitarem a Constituição da República e falou também da mudança de hora.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Joaquim Salvador (ADI) falou dos problemas na Justiça de São Tomé e Príncipe.

Por sua vez, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD) também falou da manifestação e expos a preocupação dos pais e encarregados de educação do Distrito do Cauê quanto à nova hora.

Ainda nesse capítulo, o Sr. Deputado Esmael Glória (ADI) incentivou o Governo a avançar, não obstante os desafios e obstáculos.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) falou da falta de fundamentado para o aumento de mais uma hora e das suas consequências.

A Sra. Deputada Alda Ramos (ADI) repudiou a atitude de alguns que subsidiaram o povo para participar na manifestação.

Por sua vez, em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) criticou os Deputados do poder, por violação das leis da Nação.

O Sr. Deputado José Manuel da Costa Alegre (ADI) também fez ouvir a sua voz, defendendo a questão do aumento da hora.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Vasco Guiva (MLSTP/PSD) contrariou a intervenção da Sra. Deputada Alda Ramos (ADI), quanto à subsídio dos participantes da manifestação da oposição e também da necessidade de água tratada no Distrito de Cantagalo.

Por último, também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) começou por felicitar o Governo e as autoridades por garantirem que manifestação da oposição decorresse de forma pacífica e tranquila, tendo sublinhado, em 2012/2014 o ADI fez manifestação e houve várias detenções.

O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD) depois de desejar um bom ano a todos os são-tomenses, agradeceu a todos que participaram na manifestação e também falou da situação da justiça no país.

O Sr. Carlos Correia (ADI) também teceu considerações quanto à mudança de hora EM São Tomé e Príncipe e sobre a falha no abastecimento das bombas de combustível, na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. Levy Nazaré (ADI) expos a sua preocupação quanto à situação da Justiça no País.

Ordem do Dia.— Foram apreciados e aprovados, na generalidade, os projectos de lei n.º 27/X/7.ª/2017 – Sobre a Parceria Público-Privada e n.º projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017 Lei-quadro dos Recursos Hídricos. Usaram da palavra os Srs. Deputados José António Miguel (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD), Bilaine de Ceita (ADI), Danilson Cotú (PCD), Levy Nazaré (ADI) e Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

Para terminar, o Plenário aprovou, em votação final global, o projecto de lei n.º 29/X/7.ª/2017 – Lei Contra o Terrorismo e o seu Financiamento.

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão quando eram 13 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Adilson Cabral **Managem**

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**

Anaydi dos Prazeres **Ferreira**

Arlindo Quaresma dos Santos

Berlindo Branco Vilela **Silvério**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Celmira d'Almeida do **Sacramento**

Danib Adilson Lima da **Fonseca Narciso**

Egrinaldino de Carvalho Viegas de **Ceita**

Esmaiel da Glória Espírito Santo

Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos

Gabriel Barbosa dos **Ramos**

Idalécio Augusto **Quaresma**

Ivo Mendonça da **Costa**

Joaquim **Salvador** Afonso

Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d'Alva

José da Graça **Diogo**

José Manuel Macumbo **Costa Alegre**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Mário **Fernando** Rainho

Martinho da Trindade **Domingos**

Milton Viegas Fernandes **Lima**

Nenésio Quaresma **Afonso**

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**

Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**

Sebastião Lopes **Pinheiro**

Silvestre **Moreno** Mendes

Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário **Crisóstomo**

Ana Isabel Meira **Rita**

António das Neves Sacramento **Barros**

António **Monteiro** Fernandes

Arlindo **Barbosa** Semedo

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Dionísio **Fernandes** Leopoldino

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva

Jorge **Amado**

Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**

Maria das **Neves** Ceita Baptista de Sousa

Mohamed Guadalupe Ramos da **Glória**

Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das **Neves**

Jorge Dias **Correia**

José Luís **Xavier** **Mendes**

Filomena M. de Fátima Dias X. de P. dos Prazeres

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, as minhas cordiais saudações e um bom dia dos trabalhos parlamentar.

Nos termos da alínea a) do artigo 83.º, conjugado com o artigo 84.º, ambos do Regimento, convido a Sra. Secretária a proceder à leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Por se tratar da primeira plenária do ano 2018, eu gostaria, antes de mais, de felicitar e desejar um bom ano a todos os são-tomenses, residentes no País e na diáspora, e gostaria também de felicitar as colegas e os colegas Deputados e que tenhamos um ano tranquilo e de muita produção legislativa.

Passo a ler a lista de diplomas entrados, de 27 de Dezembro de 2017 a 5 de Janeiro de 2018.

«Temos a iniciativa n.º 27/X/7.ª/17 – Lei da Revisão da Lei n.º 8/2010 – Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Entrou no dia 26 de Dezembro de 2017 e não reúne os requisitos de admissibilidade, pelo que a Assembleia Nacional notificou o Governo.

Proposta de lei n.º 42/X/7.ª/17 – Protocolo de Emenda ao Acto Constitutivo da União Africana. Entrou no dia 26 de Dezembro de 2017, foi admitida no dia 29 de Dezembro de 2017, baixada à 1.ª e 2.ª Comissões Especializadas Permanentes, para análise e parecer.

Proposta de resolução n.º 43/X/7.ª/17 – Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência de dois navios, reabastecedor NRP BÉRRIO e de patrulha NRP- ZAIRE. Entrou no dia 29 de Dezembro de 2017, foi submetida à Mesa da Assembleia Nacional, para a sua admissibilidade.

Temos o projecto de resolução que é a iniciativa n.º 63 – Eleição dos Juizes do Tribunal Constitucional. Entrou no dia 8 de Janeiro de 2018, foi admitido no dia 9 de Janeiro de 2018 e está na agenda para os trabalhos da reunião do dia 11 de Janeiro de 2018.»

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Secretária.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Colegas, povo de São Tomé e Príncipe.

Apenas para solicitar ao Sr. Presidente qual é o critério de anúncio e publicação dos expedientes que entram e que são expedidos pela Mesa da Assembleia, para que eu possa entender qual é o critério.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado até estiver um pouco mais atento, verá que os serviços cingem-se aos diplomas que entram ou a outros pedidos importantes que têm a ver com o nosso trabalho parlamentar, nomeadamente, como vê, aqui está dividido entre projecto de lei, proposta de lei, propostas de resolução e projectos de resolução. É assim que os serviços que elaboram esse papel fornecem à Secretária, depois para poder fazer a leitura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado pela resposta, que não me satisfaz de tudo, porque o que temos vindo a assistir é que para além dos projectos de lei, propostas de lei e resoluções, bem como outros expedientes, são anunciados e publicados no *Diário da Assembleia Nacional*.

Se eu faço esta pergunta, não é de forma inocente. É porque o Grupo Parlamentar do PCD fez alguns expedientes e a própria Mesa da Assembleia fez alguns expedientes que nós entendemos ser merecedores de publicação e de comunicação à Nação. Portanto, não sei qual foi o despacho que recaiu pelo menos sobre aquele expediente foi pelo PCD, mas posso anunciar. Nós enviámos uma carta a Sua Excelência, repudiando a sua posição, enquanto Presidente da Assembleia, tomando para si o poder da soberania desta augusta Assembleia, quando o poder pertence aos 55 Deputados, o senhor apenas nos representa, mas sobre esse expediente não foi aqui dito nada.

Um grupo de Deputados introduziu um requerimento, no âmbito do artigo 86.º da Constituição, que entendemos ser um requerimento urgente e que deve ser, no mínimo publicado no *Diário da Assembleia*, para o seu agendamento, e também não foi aqui dito absolutamente nada.

Entendemos que são documentos importantes que devem ser anunciados.
Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bem, vamos continuar os nossos trabalhos.

Não tenho resposta a dar o Sr. Deputado, perante as considerações que fez. Portanto vamos continuar.

A Sr. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Xê! Ditadura entrou na Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Há solicitação para a apresentação de declarações políticas e, nesse sentido, convido o Líder do Grupo Parlamentar do PCD, a seguir o do MLSTP/PSD e depois o do ADI, a fazerem as suas declarações políticas que, nos termos do artigo 85.º do Regimento, têm a duração de 10 minutos cada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, na nossa declaração política, ao contrário de outras vezes, que costumamos...eu estou a ver 5 minutos, são 10 minutos, meus caros. Não brinquem coisa séria!

Risos gerais.

O que é isso?

Sim, ao contrário do que fizemos outras vezes, não vamos ler, mas preferimos tentar passar mensagem, falando noutros moldes com o povo de São Tomé e Príncipe, que mais interessa. E começamos a nossa intervenção a falar precisamente sobre aquilo que foi a manifestação de ontem, organizada pelos partidos políticos da oposição.

Brilhante acto de manifestação da democracia! Sim.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

Mostramos ao povo de São Tomé e Príncipe, independentemente, da sua filiação político partidária, que os partidos da oposição estão vivos e que tudo farão em prol da defesa da democracia nas nossas ilhas. Não vamos aceitar que se instale a ditadura neste país.

Ponho-me a lembrar que, há alguns meses, creio que já tem ano, o PCD apresentou à Mesa da Assembleia um projecto de lei sobre o dia da democracia e foi ignorado. A Mesa ou a 1.ª Comissão o escondeu, não sei, mas a grande verdade é que não se avançou. Espírito da própria ditadura já está na veia de alguns dirigentes políticos deste país, o que para nós é uma autêntica vergonha!

Mas vamos voltar à questão do Tribunal Constitucional. Nós, o PCD, e isso tem que ficar claro, não estamos contra a questão do Tribunal Constitucional, como se tentou passar, vergonhosamente, na Televisão que somos contribuintes. Estamos contra o mecanismo que esta lei vergonhosa e que foi, em tempo útil, no nosso entender, declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional; a forma vergonhosa que essa lei espelha o Tribunal Constitucional. Para nós, é um atentado desavergonhado à essência daquilo que é a democracia.

Outro aspecto. Caro povo de São Tomé e Príncipe, entendemos que o País vive um momento difícil, em termos económicos, em termos financeiros. Até hoje, já se foram 3 anos, o Governo não foi capaz de dizer à juventude quantos postos de emprego conseguiu criar para a juventude, mas a juventude consegue contar as inúmeras viagens feitas pelo líder do Governo. O resultado dessas viagens não sai do zero. E para nós é importante, sim, que esse recurso que se vai colocar para fazer funcionar um tribunal ao vosso belo prazer fosse convertido e direccionado para apoio às iniciativas da juventude;...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

...para criar empregos; para tratar dos assuntos hospitalares, nomeadamente medicamentos, consumíveis. É tudo isso que nós queremos que se faça no País, porque ficou claro, pelas intervenções do Presidente do Tribunal Constitucional, que este Tribunal, em termos de volume de trabalho, não justifica que se faça dessa forma, tão urgente. A não ser que haja, e isso ficou claro, propósitos ditatoriais, propósitos antidemocráticos por detrás da criação do Tribunal Constitucional.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Para adiar as eleições.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Este é um aspecto.

O outro aspecto que gostaríamos de destacar é a nossa Televisão. Dá vergonha dizer que essa televisão é dos são-tomenses. Aliás, particularmente, eu gostaria de aproveitar o ensejo para pedir à Televisão São-tomense para não me filmarem, por favor. Não me apraz, nem um pouco, ver a minha cara nessa Televisão. É uma vergonha o que fizeram ontem. São pagos pelos contribuintes são-tomenses e pegar nos recursos dos contribuintes são-tomense para fazer o que fizeram ontem, no telejornal, chega a dar nojo, como disse o outro, também na comunicação social. É uma vergonha!

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Tirem a TVS. Não passa nada e ainda está a cobrar dinheiro.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Ontem, a TVS cometeu um verdadeiro atentado à democracia. Mostrou claramente que não existe, naquela estação, a imparcialidade que devia existir. Uma vergonha para o País que quer se vangloriar a nível da democracia e que está a subir no *ranking* da democracia.

Isto é uma estação de Televisão? Não pode! Para os manifestantes deram 49 segundos e para aqueles que foram pagos, foram pagos e sabemos, deram 20 minutos. Isso é desavergonhado. É uma vergonha enorme, meus senhores. Não pode ser assim!

Entretanto, e isso é uma palavra aos partidos da oposição todos, façamos mais manifestação. Vamos fazer mais manifestação, sim, porque o arroz apareceu e o povo de São Tomé e Príncipe viu.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

Graças à manifestação da oposição, apareceu o arroz de 13 contos, e a vender em alguns lugares a 12 000 dobras, e nos outros lugares a ser distribuído a sacos.

Os motoqueiros. Meus caros amigos motoqueiros, parabéns, depósito cheio. Uma vergonha para um poder que quer mostrar que é forte, que tem credibilidade, que tem aceitação dos são-tomenses. Isto é uma prova de medo. Vocês deram uma prova de medo e de fraqueza...

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Outra vez?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — ...e nós vamos continuar, sim, nesta senda, para lutarmos pela defesa dos interesses nacionais. Vamos continuar a fazê-lo, porque a manifestação, meus caros, se fosse algo ilegal, não estaria na lei.

Vossas Excelências deviam ter a coragem de organizar uma contra manifestação, se assim o quisessem. Se não o fizeram, é porque perceberam que o povo não iria aderir. O povo está cansado das vossas manipulações. O povo não está nem um pouco interessado nas vossas manipulações.

Meus carros, ontem, foi um festival. Aliás, é bom que se diga que há imagens de alguns dirigentes políticos, distribuindo dinheiro na zona de Água Izé. Há imagem. Desmobilizando e dizendo às pessoas para não virem, e pagando para isso.

Meus caros, teremos a coragem de assumir a democracia na sua essência. Estou à vontade para dizer o que estou a dizer, porque sou do PCD. Lutamos para instalar a democracia nesta terra e temos isto no sangue; temos isso no nosso ADN, enquanto um partido político.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O PCD lutou contra quem? Lutou contra o MLSTP/PCD.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Vossas Excelências deveriam encontrar a mesma forma para promover a democracia no nosso país e não encontrar esta forma desavergonhada de agir, como o fizeram ontem. Não pode ser, meus caros! Não pode ser. Tenhamos coragem!

Ontem, ficou provado que sempre que houver uma manifestação, quem sai a ganhar é o povo, e ganha duplamente. Por um lado, ganha o direito de exercer a democracia na sua essência e, por outro lado, ganha o arroz que estava escondido no armazém, desde o mês de Outubro. O povo passou o Natal sem arroz, passou o Ano Novo sem arroz.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — ...e foi só a manifestação aparecer, para se distribuir sacos de arroz de 13 contos. É isto que é o bom da democracia. E quanto a isso, vamos ficar com o compromisso de voltar a fazer mais vezes, porque o povo vai ganhar.

Agora, um apelo e já para terminar. Entendemos que deveriam, o Governo e o Partido que o sustenta, sim, concentrar os seus esforços na criação de empregos para a juventude. Temos que o fazer até agora. O Governo não teve a coragem de vir ao público dizer, nestes 3 anos, «conseguimos X vagas de emprego

para a juventude». Não o fizeram? E deveriam fazer isso. Se não o fizeram, é porque «O», zero. O que fizeram foi engarrafar a Função Pública, ao ponto de o Ministro de Trabalho dizer que Administração Pública está engarrafada, esta cheia.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Vocês é que encheram.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — ...não pode ser, minha gente! Vamos trabalhar.

O nosso hospital está sem água corrente. O hospital não tem água, não tem medicamentos, não tem consumíveis. O vosso esforço deveria estar concertado na resolução dos problemas dos são-tomenses e das são-tomenses.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — E achas que não? Há tempo.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — ...isso sim, nós estaríamos aqui a aplaudir, mas não fazem. Têm medo da democracia, têm medo de que os outros se manifestem.
Deixem as coisas acontecer, meus caros senhores.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Você não foi Ministro?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Meu caro, Deputado, se o senhor não foi ministro, é porque o não reúne condições para tal. Então fique quieto! Fique quieto!
Muito obrigado.

Risos e aplausos do PCD e do MLSTP/PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins, para proferir a sua declaração política.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Você não foi do PCD?

Murmúrios do Sr. Abnildo d'Oliveira.

Você não tem moral para falar, deixe os outros falarem. Você é malandro e sem vergonha!
Diz que você foi do PCD.

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Mas há o Sr. Deputado Aurélio Martins que quer usar da palavra, portanto...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O PCD ganhou a custa de Ivo Mendonça.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Ivo?

O Sr. **Presidente**: — Não pode ser assim! Estão a transformar a Sala numa sala do boxe.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Foram apanhar manga.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Kê! Nada.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Deputados, por favor baixem os ânimos. O Sr. Deputado Aurélio Martins quer fazer a sua intervenção.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados.

Antes de mais, gostaria de cumprimentar a todas e todos, agourando que tenha tido um Natal feliz e que este ano de 2018 seja um ano de paz, tranquilidade efectiva, bem diferente do ano que acabou.

Com efeito, o ano passado foi farto em atitudes nefastas que manchou por completo a imagem do País, de forma indelével.

Deste desfecho, o Governo, para com o povo, os empresários foram abandonados à sua sorte. Alguns ainda com os seus esforços vão sustentando alguma actividade empresarial e são, infelizmente, alvos de controvérsias judiciais, como é o caso da Cervejaria Rosema. A propósito, gostaríamos de lançar um apelo aos Tribunais, para que resolva definitivamente esse caso, para evitar perseguição aos empresários nacionais, para o sossego e tranquilidade da actividade empresarial que lá se faz.

Outra perturbação de ordem social, provocada no final do ano pelo Governo, foi adopção de uma nova hora para o País, o que veio mexer com a actividade da maioria dos são-tomenses, com maior agravamento para as nossas crianças. Coitada delas! Vê-las sonolentas a caminho da escola, dá uma pena sem tamanho!

Porquê mexer com uma coisa que é circular? Doidice ou impertinência?

O assunto é tão contestado que até as pessoas ligadas ao partido no poder engrossaram o coro dos que contestam esta decisão.

Esta sessão plenária acontece num momento de extrema preocupação nacional, em que os principais autores da nossa actividade política vêm assumindo posições que nada dignificam o povo são-tomense.

Com efeito, nestas últimas semanas, temos vindo a assistir incrédulos aos sucessivos atropelos à Constituição e às leis, colocando em perigo a nossa jovem democracia.

A começar por si, Sr. Presidente, que é, se não, o primeiro dos Deputados e não o órgão de soberania em si. Foi com estupefacção que tomámos conhecimento da posição que assumiu em nosso nome, sem o nosso necessário mandato, quando emitiu uma carta dirigida ao Tribunal Supremo, em respeito à posição assumida por aquele órgão de soberania, em relação à solicitação de fiscalização preventiva, solicitada por um grupo de deputados.

Ao senhor não é reconhecido o papel que se refere, enquanto órgão de soberania, se não tiver preenchido todos os aspectos previstos pelos Regimento da Assembleia Nacional.

Relembremos-lhe que apenas a Conferência de Líderes, a Comissão Permanente e o Plenário são estruturas competentes para se referirem em representação dos Deputados, em geral, e da Assembleia Nacional, em particular. O Presidente e a Mesa da Assembleia Nacional são apenas órgãos administrativos da Assembleia Nacional.

Os sobressaltos por que vêm passando o nosso povo são tão mais acutilantes, quando a pessoa que deveria ser a instância de recursos, para acalmar o fervor latente na nossa sociedade, torna-se autor principal da presente instabilidade política.

O Sr. Presidente da República a quem, ontem, não tivemos o prazer de cumprimentar, aquando da tradicional cerimónia de bom ano, mostrou-se ser um presidente partidário e não de todos os são-tomenses, ao rasgar a nossa Constituição com a promulgação de uma lei ditada de inconstitucional pelo Tribunal Supremo, na veste de Tribunal Constitucional.

Desta forma, com o despacho do Tribunal Supremo, que dá sem efeito os actos anticonstitucionais do Presidente da República, está instalada uma crise sem precedentes, que pode arrastar o nosso país para um descontrolo institucional generalizado, pois que, ao não acatar a decisão daquele órgão da Justiça, põe em causa toda a cadeia de comando, ficando qualquer cidadão comum livre para uma desobediência civil generalizada.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — *Kê!* Nada.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Pois que se o alto magistrado da Nação não cumpre com as leis, o que se pode esperar de um cidadão comum?

Aconselhamos o Sr. Presidente da República a fazer um recuo e a comportar-se como um verdadeiro pai da Nação e promover o retorno à legalidade constitucional, sob pena de vir a assumir a responsabilidade de descontrolo total da Nação.

Uma voz do ADI: — Uma ameaça?

Quanto ao Sr. Primeiro-Ministro, é muito fácil falar das pessoas e dos seus partidos, como fez com o Deputado e Líder Parlamentar, Dr. Jorge Amado, quando não tem quem o contraponha. Em democracia, existe o que se chama de contraditório. Desta forma, aconselhamos o Sr. Patrice Trovoada a sair desta forma cobarde de fazer política e vir, sem medo, para um debate livre e aberto.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Não se esconda atrás dos mídias nacionais, colocando-os à sua única e exclusiva disposição. Pagamos os impostos e queremos que os órgãos públicos da comunicação social estejam disponíveis a todo cidadão são-tomense, independentemente da sua religião, credo, sexo ou filiação partidária. Somos todos filhos de São Tomé e Príncipe.

Se quiser falar do Deputado Jorge Amado, desafiamo-lo a convidá-lo para um debate na TVS...

Aplausos do MLSTP/PSD.

...feito peito a peito, como diz o nosso povo, no jogo de bisca. Mas sabemos de antemão que não vai aceitar, pois o Sr. Patrice é um covarde e tem medo de um embate.

Povo de São Tomé e Príncipe, é hora de dizer basta aos desmandos que estão a ocorrer no solo pátrio.

Apelamos aos verdadeiros patriotas a cerrarem fileiras e não se deixarem intimidar por aqueles que hoje, totalitariamente, controlam os nossos destinos.

Ontem, o povo deu mostra da sua indignação e nem a manipulação vergonhosa feita pela TVS, manipulando as imagens da multidão e dando descaramento triplo ao tempo de antena dado a um punhado de indivíduos escolhidos a dedo para dismantelar a manifestação, nada valeu. O povo põe, o povo tira.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para fazer a sua declaração política.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Antes de mais, gostaria de desejar também a todos nós e a todo povo de São Tomé e Príncipe um ano próspero e que seja melhor do que o ano transacto.

Gostaria de começar a falar da democracia. Porquê? Porque é um assunto que muito se fala. Defesa da democracia, Estado de Direito Democrático e vários organismos internacionais também vêm cotando São Tomé e Príncipe numa boa posição ao nível da democracia. Não é o ADI, mas os organismos internacionais é que reconhecem que São Tomé e Príncipe é um Estado democrático.

Aplausos do ADI.

Mas para além de os organismos internacionais reconhecerem isso, ficou demonstrado ontem, mais uma vez, que São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático. Houve uma manifestação legal, apresentada pelos partidos da oposição, de acordo com o que diz a Lei das manifestações. Cumpriram todos os requisitos e a manifestação se realizou sem atropelos, felizmente. Democracia!

Aplausos do ADI.

O que já não aconteceu num passado recente, onde a oposição da altura também pediu uma manifestação e a manifestação foi barrada por todas as artérias da cidade, não se deixando que ela chegasse ao seu destino.

Aplausos do ADI.

Por isso, se é para comparar, acho que estamos em um processo evolutivo. A democracia está a melhorar, em São Tomé e Príncipe, com este poder. O que sempre ouvimos dizer, TVS, Rádio, etc., etc. assistimos ontem os líderes falarem. O MLSTP/PSD falou, o PCD falou, o Sr. Deputado do ADI falou, toda gente falou, até a TVS noticiou um assunto que não devia ter noticiado. No acto de cumprimento a Sua Excelência o Sr. Presidente da República devia-se dar atenção aos que foram cumprimentá-lo, mas a TVS até saiu do Palácio e dirigiu-se até a frente da igreja, para entrevistar aqueles que estavam de luto a manifestar.

Aplausos do ADI.

Esse assunto nem devia ser noticiado, mas a TVS noticiou, e o povo ouviu. Por isso, é democracia.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Não devia?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — E por muito que a oposição fica a dizer que não há democracia, não há democracia, eu volto a dizer temos embaixadas aqui, temos representantes dos organismos internacionais e sabem que há felizmente a democracia. A manifestação correu bem, toda gente começou e terminou a sua manifestação, uma manifestação com mais ou menos 800 pessoas...

Risos do MLSTP/PSD, do PCD e do Deputado do UDD.

...de oito partidos. Se pegarmos em todas as pessoas que manifestaram e dividirmos pelo número dos partidos, isto daria mais ou menos cem a cento e cinquenta pessoas por cada partido.

Aplausos do ADI.

São oito partidos.

Agora, se o ADI pedir uma manifestação, como já pedimos, a favor do Governo, vão ver de facto o que é a moldura humana em uma manifestação...

Aplausos do ADI.

... mas não vamos pedir, porque peço ao Governo para continuar a trabalhar. O povo quer trabalho e mais trabalho. Isso é mais importante. Como a população disse, não queremos *bôbo*. *Bôbo* mais não. Avança.

Aplausos do ADI.

Agora, sobre os Tribunais, o povo sabe o que se passa nos nossos Tribunais e não é de hoje. Todos nós já falamos aqui dos problemas que há nos Tribunais, mas eu gostaria apenas de dizer que, ao contrário daquilo que se quer, de colar o ADI em todos estes processos que começaram com uma queixa-crime, não foi o ADI que apresentou queixa-crime contra alguns Deputados e outros cidadãos. Foi o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o ex-Presidente do Tribunal Constitucional.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Muito bem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não foi o ADI que apresentou a queixa-crime. O ADI não apresentou queixa-crime nenhuma. Logo, esse processo com alguns Deputados dos grupos parlamentares da oposição, o vice-presidente do MLSTP/PSD, o vice-presidente do PCD e com um outro cidadão, que foram corromper – porque isso não foi tentativa, se entregaram cheque, o acto foi materializado – o Presidente do Supremo Tribunal, para tirar a fábrica a eles mesmos, e o povo sabe.

Aplausos do ADI.

É preciso pormos as mãos naquele Tribunal. Eu sou do sistema e o Tribunal está mal. É preciso uma reforma naquele Tribunal, mas uma reforma que não pode ser só um processo político. A sociedade civil tem que se pronunciar, o povo tem que se pronunciar, os advogados têm que se pronunciar, porque aquilo como está, não dá para continuar. Eu já disse e volto a dizer, a segurança de todos nós é que está em causa com aquele Tribunal da forma como está, e isto é sabido por todos.

E, já agora, uma informação rápida.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ainda temos tempo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Segundo informações, um juiz falsificou os documentos, apresentou o diploma falso e nem andou 1 ano na faculdade.

Uma voz do ADI: — *Quem?*

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O processo está a correr os seus trâmites.

Vão saber disso.

Um Juiz que decide a vida das pessoas e é professor universitário, dá aulas às pessoas e nem andou na faculdade. Por isso, aquele Tribunal está mal e o povo tem que saber disso. Um Juiz que já julgou pessoas, já decidiu e nem andou 1 ano na faculdade. Minha gente!

Uma voz do ADI: — *Quem é?*

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O processo está a decorrer.

E para terminar, tenho aqui um documento que vou ler. «Tem-se por hábito falar de partido histórico. Qual é a parte desta história que este partido reivindica? Ter-se guiado o nosso povo para a independência total, prometendo fazer melhor que os colonos, para depois não atender e nem responder às aspirações dos que confiaram no partido, deixando-os à sua sorte? É esta parte da história que com tanto orgulho se invoca? É a pergunta que se faz. Todas as opções e as decisões que fazemos em nossas vidas têm um preço. E o preço que a maioria da população tem pago é demasiado elevado, pesado e com sabor amargo.

Hoje, entre débito e crédito, temos que ter a coragem de também dizer que o MLSTP/PSD é um partido devedor em relação à sociedade. E sublinhamos com responsabilidade, neste quadro socioeconómico do País, pois hoje estamos a falar de nós do MLSTP/PSD.»

E termina assim. Há muita coisa para falar, mas só vou ler trechos.

«Senhoras e senhores, caros presentes: Neste preciso momento em que a sociedade e os cidadãos chamam por um MLSTP/PSD coeso, responsável, credível e sério, enquanto partido na oposição, o que temos nós?

O que temos nós é: grupos, facções inimigas mortais que preferem juntar-se aos adversários externos, para destruírem a sua suposta família.

Líderes que não mostram interesses nenhuns em relação a uma verdadeira política partidária em relação às preocupações dos militantes e do povo.

Lideranças *dissimuladas* e completamente desacreditadas.

Dirigentes que aumentam a postura estranha e dizem que não se importam quem seja o líder ou que o partido ganhe ou não às eleições, desde que os seus interesses sejam atendidos.» E mais coisas. Eu posso tirar fotocópias e entregar a todos. Quem disse? Assinado por um dirigente e militante do MLSTP/PSD, Sr. Osvaldo Abreu...

Aplausos do ADI.

...no dia 21 de Abril de 2017, no Hotel Pestana.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, quero intervir no âmbito do ponto 1 do artigo 103.º. O favor de consultar e, se for possível, me dar a palavra.

O Sr. **Mohamed da Glória** (MLSTP/PSD): — Mohamed da Glória é que está a falar.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Mohamed da Glória, é melhor não falar. Conduz carro sem carta de condução, melhor não falar.

O Sr. **Mohamed da Glória** (MLSTP/PSD): — Lembra que você é *mankêlê*.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Melhor ser *mankêlê* no pé do que na cabeça.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, baixem os ânimos um pouco, porque assim não é um ambiente para trabalho. O Sr. Deputado Delfim Neves solicitou «reação contra ofensas à honra ou consideração». Bem, nesse caso, só gostaria de saber em que quadro. «1. Sempre que um Deputado ou membro do Governo considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos».

«3. O Presidente anota o pedido para a defesa referido no n.º1, para conceder o uso da palavra e respectivas explicações a seguir ao termo do debate em curso, sem prejuízo de a poder conceder imediatamente, quando considere que as situações especialmente o justificam.» Portanto, a seguir ao termo do debate, ou durante o debate, posso conceder a palavra. Vamos agora para o capítulo de políticas de interesses relevantes.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O Sr. Presidente é que sabe. Pode ser agora, imediato. O Sr. Presidente é que sabe.

O Sr. **Presidente**: — Então, vai ser no âmbito das declarações políticas?

O Sr. **Nenésio Afonso** (ADI): — Não há inscritos. É agora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu considero uma ofensa o que foi dito pelo Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI.

Uma Voz do ADI: — Ele não é líder.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Para mim, o senhor que é o líder parlamentar. Eu o considero. Os senhores podem não concordar.

Ele aqui se referiu ao vice-Presidente do PCD e do MLSTP/PSD, que «foram corromper Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, entregando cheque», são as palavras dele. Portanto, é uma palavra ofensiva,

grave, porque isto nunca aconteceu e o Sr. Deputado, ao dizer isso, se calhar, tem provas. Portanto, espero que, no momento certo, apresente essas provas de que o vice-Presidente do PCD foi ao Tribunal corromper o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, entregando-o um cheque. Foram as suas palavras.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos passar a abordar o capítulo de tratamento de interesses político relevante, nos termos da alínea c) do artigo 83.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O tempo global do debate é de 60 minutos e estão distribuídos proporcionalmente para o efeito, sendo para o ADI 35 minutos, para o MLSTP/PSD 17 minutos, para o PCD 5 minutos e para o Deputado do UDD 3 minutos.

De acordo com as inscrições feitas, Sras. e Srs. Deputados, dou a palavra, primeiramente, ao Sr. Deputado Danilson Cotú, do Grupo Parlamentar do PCD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Eu? Eu não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Na lista que eu tenho cá...então, nesse caso, é a Sra. Deputada Filomena Pina, não é?

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para um esclarecimento.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer. E porquê que o faço? Tentar ludibriar as pessoas é um direito de qualquer cidadão. Quem quiser ser ludibriado ou não tem as condições para aceitar ser ludibriado, é outra questão. A mim, não ludibria. E porquê. Porque eu sou membro da 1.ª Comissão Especializada Permanente, sou Deputado da Nação e acompanho todos os trabalhos que se realiza aqui nesta Casa Parlamentar, e com muito afincos e dedicação, porque é este o juramento que eu fiz, na altura da tomada de posse. Quando juro, cumpro o meu juramento. «Cumprir com toda a lealdade e dedicação as funções que me são confiadas.»

Deu entrada na Assembleia Nacional um pedido do Ministério Público, pedindo que dois Deputados, o Deputado Delfim Santiago das Neves, vice-Presidente do PCD e o Deputado Osvaldo Vaz, vice-Presidente ou ex-Vice-Presidente do MLSTP/PSD, pelo visto pediu a sua demissão publicamente, por indícios fortes de cometimento de crime de corrupção e outros crimes mais, dentro de um processo que tem a ver com o caso Rosema. Que esses, indiciados como corruptores, tentaram tirar a fábrica aos irmãos Monteiros.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor não explicou absolutamente nada e, neste aspecto, está a mentir, porque a carta do Procurador-Geral da República não diz absolutamente nada disto. Eu também sou membro dessa mesma comissão e não diz absolutamente nada disso que o senhor acabou de dizer. São suas palavras e aquilo que havia dito inicialmente está gravado.

Muito obrigado, depois veremos.

O Sr. **Presidente**: — Tenho cá a lista de inscrição do Grupo Parlamentar do PCD e o primeiro nome que vem é da Sra. Deputada Filomena Pina, mas ela fez gesto de que não quer intervir. O segundo nome é Xavier Mendes, também fez o mesmo gesto, e o terceiro é o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — O senhor não tem que esgotar todo o grupo parlamentar. Somos 5 Deputados e o senhor não tem que esgotar toda a lista.

O Sr. **Presidente**: — Das outras listas faço sempre a mesma coisa.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — O senhor tem uma dificuldade com a democracia que é uma coisa incrível, Sr. Presidente! É uma coisa incrível.

O Sr. **Presidente**: — Somente hoje, porque sempre aceitaram isto.
Sr. Deputado, sempre aceitamos isto e sempre conduzimos os debates assim...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Não, não, não.

O Sr. **Presidente**: — Sim senhor. Se o senhor puser a memória a funcionar, é mesmo assim.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Eu sempre tive muito respeito pelo senhor.

O Sr. **Presidente**: — Então, o Sr. Deputado também não quer participar?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Eu não quero falar nada, não.

Risos gerais.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Vai para outro lado.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sempre tive muito respeito pelo Sr. Presidente, mas não gosto quando o senhor faz isso. Não gosto mesmo...

O Sr. **Presidente**: — Eu sempre respeito toda gente. O Sr. Deputado vai verificar que se eu saltar para outra lista vai ser a mesma coisa.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Eu não gosto quando o senhor faz isso.

O Sr. **Presidente**: — O senhor é livre de não gostar, mas é assim que eu tenho vindo a fazer.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Pinochet.

O Sr. **Presidente**: — Bem, vamos avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Em primeiro lugar, vou procurar ser rápido.

Por ser a minha primeira intervenção, neste ano 2018, felicito a todos os são-tomenses, de forma geral, desejando um bom ano, e, de forma particular e muito especial, à população da Região Autónoma do Príncipe, onde eu resido, onde eu sou eleito. Desejo-os um bom ano e tudo de bom para o ano 2018.

Eu quero aproveitar esta oportunidade para felicitar os são-tomenses que tiveram a coragem de dar a cara nesta manifestação ordeira, o que caracteriza os partidos que convocaram a manifestação, uma manifestação democrática. Agradeço a todos pela coragem. E dizer aos são-tomenses que essa luta que começou ontem não terminou ontem. Essa luta só vai terminar quando tivermos algumas garantias. Respeitaremos sempre a Constituição da República, a manifestação é um direito Constitucional, mas essa luta que começou ontem só vai terminar quando tivermos a garantia de que o Sr. Presidente da República irá respeitar a Constituição da República; quando tivermos a garantia de que o Sr. Presidente da Assembleia irá respeitar a Constituição da República; quando tivermos a garantia de que o Sr. Primeiro-Ministro irá respeitar a Constituição da República; quando tivermos a garantia de que todos os são-tomenses irão respeitar a Constituição da República.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Nós não cansaremos.

Esta luta só terminará quando tivermos a garantia de que a democracia, que tanto nos custou conseguir, não estará mais em perigo, pela vontade de um poder que quer instalar uma ditadura no País.

Portanto, alertamos aos são-tomenses para estarem atentos, porque a qualquer momento voltaremos a chamar. É um direito constitucional. Ninguém pode e nem deve ter medo de manifestar. Desde o momento que seja uma manifestação ordeira, como aquela que fizemos ontem. Toda gente viu o exemplo, aquilo que fizemos ontem, ninguém pode ter medo. Quando chamarmos, eu apelo à presença em massa das pessoas. É uma manifestação civilizada. Como respeitamos a Constituição e as leis, tudo vai correr bem.

Para terminar, Sr. Ministro representante do Governo, é pena que não está cá o Sr. Ministro da Educação, porque seria ele a me responder essa questão, mas enquanto representante do Governo, também poderá responder. O Governo decidiu mandar os são-tomenses, todos, adiantar o seu relógio mais uma hora, mas naturalmente não aconteceu nada. O dia continua como era, a noite continua como era, não aconteceu nada naturalmente.

Tenho ouvido reclamações dos alunos, dos pais e encarregados de educação. O Sr. Ministro conhece o Príncipe, conhece Abade, conhece Sundy, conhece S. Joaquim, conhece Praia das Burras. Portanto, eu queria saber, os alunos agora são obrigados a se levantar 4 horas de madrugada de Deus, que são 5 horas da manhã do ADI. Os alunos levantam-se, nem conseguem dormir bem, outros nem conseguem *matabichar*, porque têm que apanhar o transporte, rapidamente, para irem à escola. Esses alunos chegam à escola com sono.

A pergunta que eu queria fazer ao Sr. Primeiro-Ministro é: que tipo de aproveitamento esses alunos vão ter no fim do ano?

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador, para uma intervenção.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, quero enviar a todo povo de São Tomé e Príncipe uma saudação, pela passagem do ano e desejar que este ano seja um ano feliz e de muito trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, antes mais, de aproveitar aqui esta antena, à semelhança dos outros, para felicitar este povo são-tomense, quer os que vivem aqui quer também na diáspora, pela forma tão elegante, tão humilde como esse povo pôde compreender a situação actual do País e assinalar tranquilamente a passagem do ano 2017 a 2018.

Quero saudar este povo e dizer que efectivamente o povo de São Tomé e Príncipe está a crescer. Está a crescer politicamente, está a crescer também na sua forma de ser e de estar.

Eu aqui não trago muita coisa, mas eu queria, também acho que é um assunto relevante, dizer que temos um problema de não querer aceitar a verdade. Os são-tomenses não vão querer aceitar a verdade. A verdade é que há problemas de justiça em São Tomé e Príncipe.

Em 2014, se a memória não me falha, alguns não queriam aceitar, mas a verdade é que foi apreendido aqui, no alto mar, um navio que, segundo as informações, estava nas nossas águas, ilegalmente. Esse navio trazia o que trazia, mas é verdade que depois de uma investigação, acabaram por prender os tripulantes, condenaram-nos e os materiais que estavam dentro do navio, cito, combustível e outros, foram vendidos pelo Governo de então, a chamada Troika.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Troika não.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Agora, o que é verdade é que hoje o Governo da República da Malta condena São Tomé e Príncipe a pagar um valor de 12 milhões de dólares, porque...

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — 17 milhões.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Obrigado, Sr. Deputado. 17 milhões de dólares que os são-tomenses carregam às costas, para pagar essa desgraça que aconteceu em 2014.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Vocês é que querem esse dinheiro.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Nisto, vimos aqui as coisas sendo feitas, compraram viaturas de luxo, construíram casas de luxo e agora os são-tomenses é que vão pagar esse valor.

Como representante do povo aqui a falar neste momento, com a vossa permissão, eu pergunto: quem é que vai pagar esta dívida? É o actual Governo ou aqueles que saíram à rua ontem, antes do próprio mês de carnaval?

Risos e aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para uma intervenção.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de desejar um bom ano 2018, desejar e pedir a intercepção divina, que derrame a sua bênção sobre esta Casa Parlamentar e faça com que os Deputados, os membros do Governo, o Presidente da República e o Tribunal Constitucional façam aquilo que a lei mãe nos manda fazer.

Quero desejar também aos Caros Deputados e Caras Deputadas um bom ano e excelente trabalho para 2018.

Sr. Ministro, bom dia.

Tomo a palavra, primeiramente, para agradecer ao povo e a uma parte das pessoas do Distrito de Caué que puderam ontem engrossar a manifestação feita e gostaria de dizer que, através da manifestação, apontamos aquilo que está mal e reivindicamos os nossos direitos. Reivindicar os nossos direitos, falando. Não temos medo de nada, porque estamos num país democrático, apesar de que há muitos que não estão felizes com a nossa democracia até agora.

A outra coisa que me traz aqui, Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, é o seguinte: os pais e encarregados de educação do Distrito de Caué, e não só, pedem ao Governo de São Tomé e Príncipe que tenha cuidado com o horário que foi mudado. Foi dito aos cidadãos para mexerem com os seus relógios.

Quero dizer ainda que habitualmente, no Distrito de Caué, na transição do ano, quando é meia-noite, o Comando Distrital tem feito o fogo-de-artifício com balas, mas o engraçado é que, desta vez, quando era meia-noite de São Tomé e que já era uma hora de madrugada, é que os tiros foram feitos a anunciar o ano novo.

Quero acrescentar que os pais e encarregados de educação estão tristes com o novo horário e pedem que os membros do Governo e a Assembleia Nacional tomem medidas.

Para dizer a verdade, eu não recebi nenhum documento aqui na Assembleia Nacional, faço parte da 5.^a Comissão, a dizer que a hora ia ser alterada. Eu não sei se as Sras. e Srs. Deputados receberam. Eu não recebi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael Espírito Santo, para uma intervenção.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, bom ano.

Primeiro, não gostaria de intervir aqui nesta plenária, mas dada alguma circunstância, eu intervenho.

Eu constatei que muitos querem arrumar-se em violino latino que toca para agradar a plateia. Nós tocamos diferente. Nós tocamos o País para frente.

Umaz vozes: — Muito bem, muito bem!

O Sr. **Esmael Glória** (ADI): — Tocamos as obras para frente...

Uma voz: — Muito bem.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — ...tocamos no ritmo do crescimento colectivo.

Aplausos do ADI.

O Governo, pelo lançamento do concurso público para as águas de Santana, Voz da América e Água Izé, está de parabéns.

Aplausos do ADI.

É mesmo do tempo difícil, levantar preocupações. É mesmo do tempo difícil, trazer incertezas, mas é o tempo difícil que exige um esforço maior. É no tempo difícil que todos devem dar tudo de si...

Uma voz do ADI: — Muito bem.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — ...é preciso dizer que felicito o Governo, porque o tempo difícil é o tempo de reformas. Nós damos caminhos de certeza no futuro. Embora com dificuldade, temos confiança das empresas, empresários nacionais e trabalhadores do País.

«Bis dati ki citorati.»

Risos e aplausos do ADI.

Nós somos um Governo rápido. O povo vai pedir bis, porque o povo tem confiança e sabe dos desafios que tem este Governo, e sabe da certeza dos caminhos do futuro. Avance Governo!

Uma voz do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Não nos distrairemos com tudo que fazem e hão-de... fazer.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Mais latim, faz favor.

O Sr. **Esmael da glória** (ADI): — ...nem vamos sempre olhar para trás.

Compreendemos os desafios à frente, compreendemos os obstáculos a ultrapassar, compreendemos que temos que avançar, rumo ao passo certo; rumo ao sonho que espera cada um dos são-tomenses; rumo ao sonho que espera as nossas crianças; rumo ao progresso económico de São Tomé e Príncipe.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O S. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, sendo a minha primeira intervenção neste período, gostaria também de felicitar a todo o povo de São Tomé e Príncipe, um bom ano novo e que este ano seja um ano

efectivamente de verdadeira paz, assim espero, e que todos os são-tomenses consigam fazer prevalecer aquilo que nos caracteriza, como um país de tranquilidade, de paz, de amizade e de família.

A minha intervenção tem mais a ver, efectivamente, com essa questão do aumento da hora. É preciso especificar bem. Não se alterou o horário, alterou-se a hora. Isto é uma questão de fundo. Costumo ouvir cá falar de estudos científicos, e é verdade. Não se altera a hora pelo belo prazer de quem quer que seja. É preciso haver motivos fundamentados para mudar a hora de um país. São quase seiscentos anos, portanto, não foi em vão que se estabeleceu a hora de São Tomé e Príncipe, que era a hora dos países que estão na linha do Equador, abaixo de 15 graus. A hora só aumenta, para as pessoas que estudaram a geografia, e aqui deve ter várias, e geógrafos também, a partir de 15 graus para cima. E nós estamos na linha do Equador.

Curiosamente, eu vi numa das notas novas, acho que são 5 000 dobras...

Uma voz: — Todas as notas.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ... todas devem ter, eu vi na nota de 5 dobras, que o País está localizado na linha do Equador e em 0 grau, pese embora estarmos em 0-7, é abaixo de 15. Agora, não vejo nenhum motivo devidamente fundamentado para aumentar mais uma hora. Mas mais do que isso, é o efeito do aumento dessa hora. Disse aqui um Deputado que, no Príncipe, as crianças acordam às 4 da manhã, para apanhar o transporte. Pelo menos essas ainda vão apanhar o transporte, porque o transporte que temos em São Tomé é só nas linhas em que passam as estradas asfaltadas. Maior parte dos alunos acorda, no meio rural, ou nas localidades longínquas, para andar a pé, até ao centro escolar.

Uma voz do ADI: — Não é de hoje.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é de hoje. Eu também andei, por acaso.

Risos do ADI.

Não estou a dizer isto. É preciso entender. O que eu estou a dizer é que eu não andei na escuridão.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — De madrugada.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O problema é esse. O problema é que, quando uma criança, hoje, acorda às 4 da manhã, são 3 da manhã, e nós temos muita gente até que acorda com o cantar do galo. E não se reuniu com os galos para dizer que vai aumentar mais uma hora. E o galo continua a cantar às quatro e meia da manhã...

Uma voz: — Qual é problema?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ...que são cinco e meia. Isso tem uma repercussão negativa para os alunos, sobretudo, e mesmo para os adultos.

Às vezes, defendemos coisas, porque veio de nós, temos que defender a qualquer custo, mas é preciso reflectir um pouco. Eu tenho a certeza de que nem todos os militantes e nem todos os dirigentes do ADI estão de acordo com isso.

Murmúrios do ADI.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente, Levy Nazaré.

É preciso ser claro.

Murmúrios do ADI.

Mas eu estou a dizer o que é um problema nacional...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, desculpa interrompê-lo, mas eu gostaria de pedir para não entrarem em diálogo.

Por favor, deixem o Sr. Deputado terminar a sua oração e quem está inscrito, depois, poderá usar da palavra.

Muito obrigado, pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado.

É uma questão nacional, meus amigos. Nós hoje podemos dizer que está tudo bem, pese embora a maioria da população estar a reclamar. Tudo bem. Ok. É isso que queremos? Já fizemos os estudos? Vai ter bons resultados? Ok. Vamos ver. E depois, isso é uma questão que se faz sem consulta? Quer dizer, hoje, um governo aumenta, amanhã virá outro governo, que não gosta, reduz? É isso que queremos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos, para uma intervenção.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia e votos de um bom ano, recheado de trabalho, muito trabalho, muita tolerância, muita compreensão, para o bem de todos os são-tomenses.

Eu venho aqui para repudiar a atitude de alguns Srs. Deputados, alguns elementos da oposição, que andaram no terreno a *subdiciar* as pessoas, para participarem na manifestação.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — *Subdiciar* é quê?

Risos do MLSTP/PSD.

Vozes do MLSTP/PSD: — *Kêê?*

O Sr. **Jorge Amado**: — O povo está a ouvir.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Eu condeno este tipo de atitude.

Podem rir, podem gozar. Quando os senhores intervieram, não interrompi. Portanto, podem utilizar a vossa simpatia.

Eu acho que é uma atitude incorrecta. As pessoas devem agir livremente.

Disseram aqui nesta Sala que nós, do poder, andamos a dar dinheiro, a dar arroz e a encher os depósitos dos motoqueiros com combustível. Isso é mentira.

Murmúrios.

É pura mentira. Estão a mentir. Os senhores é que andaram a distribuir dinheiro para as pessoas saírem das suas casas, para participarem na manifestação.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD.

Isto é verdade. É verdade.

Uma voz: — Eu não ouvi isso sequer.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — O senhor, quando intervém, eu não falo consigo. Portanto, isto é incorrecto. Não é a melhor atitude, numa democracia que nós todos falamos aqui nesta Sala. Eu penso que é melhor evitar este tipo de atitude. Façam os vossos trabalhos, sim, como opositores. Façam, é de fazer, mas não vale a pena comprar a consciência das pessoas, para participarem na manifestação.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD.

Façam tudo aquilo que vocês acharem que devem fazer, enquanto opositores, mas não vale a pena terem este tipo de atitude. Muitos até disseram «eu vou só receber o meu dinheiro e vou mostrar cara». E é isso que aconteceu ontem.

Umaz voz: — Credo!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quer dizer que houve pessoas.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Não se iludam, que as pessoas que apareceram são as pessoas que estão descontentes. Não.

Um outro ponto, é a questão do horário. Meus Senhores, disse aqui o Deputado que me antecedeu que outrora também já se levantou cedo, para ir à escola, ou a outro lado...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Hora de Deus é.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Nós também já fizemos isso...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Hora de Deus.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — ...e nada não nos aconteceu.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Na hora de Deus. Agora não.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — O meu pai acordava às 3 horas da madrugada para apanhar o transporte e ir à empresa Monte Café, porque ele trabalhava na empresa agrícola, em Monte Café, e nada lhe aconteceu. Levantava-se logo cedo para ir lá.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Porque era a hora de Deus.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Portanto, eu vejo que não é necessário as pessoas estarem a complicar a questão do horário. Eu penso que tudo isto é questão de hábito. É preciso nos habituarmos.

As pessoas saem daqui de São Tomé, vão para o exterior, vão para Portugal e têm que se adaptar ao horário de lá. Os estudantes têm que se levantar cedo com aquele todo frio. Nós nem temos frio. As pessoas não se queixam, aguentam, suportam tudo. Porque é que nós é que não podemos suportar? Temos que nos habituar. É preciso fazer algum trabalho para explicar às pessoas e esclarecer, porque temos que nos habituar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — A Sra. Deputada não sai de madrugada.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Os senhores estão a falar dos alunos do período da manhã e os alunos do período da tarde? No horário anterior, período da tarde, muitos chegavam à casa às 20, 21 horas da noite. Ninguém falou disto. Estão a falar do período da manhã. Há vantagens, há desvantagens e o horário não é só para os senhores, é para todo são-tomense. Eu acho que é melhor reflectirmos bem, não pegar a questão do horário e pôr à frente. Têm outras preocupações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu quero também juntar a minha voz à dos Deputados que me antecederam, para desejar um bom ano ao povo de São Tomé e Príncipe, às Sras. e Srs. Deputados e augurar que seja um ano de muita saúde e, sobretudo, um ano de paz, porque havendo paz podemos fazer muitas outras coisas.

Sr. Presidente, aqui nesta Casa, que é a casa da democracia, gostaria de recordar aos Srs. Deputados o juramento que fizemos, para chegarmos aqui e sentar nesta cadeira. Quando chegamos aqui, dissemos o seguinte: «juro por minha honra cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis, defender a independência nacional, promover o progresso económico, social e cultural do povo são-tomense e desempenhar com toda lealdade as funções que me são confiadas».

Srs. Deputados, ouvi aqui nesta Casa, hoje, alguém referir-se ao Tribunal Constitucional, dizendo ex-Tribunal Constitucional. Quem destituiu o Tribunal Constitucional? O comunicado do Presidente da República? Nós, os Deputados, e juristas, temos o condão de vir cá dizer que o Tribunal foi destituído, que já não existe. Quem destituiu o Tribunal Constitucional? O que é isso, Sras. e Srs. Deputados? Que moral é que temos para fazer cumprir as leis, se nós próprios estamos a violá-las. Vamos pensar seriamente nisso, porque se não estaremos a abrir uma auto-estrada de desrespeito às leis, e eu não sei onde é que vamos chegar. Vamos converter esta República numa república das bananas, que ninguém mais respeita as leis. Se os Srs. Deputados, os fazedores da lei, não estão a respeitar a lei, eu não sei quem é que vocês vão exigir que respeite as leis.

Srs. Deputados, a Constituição é clara e diz, no artigo 122.º, que as decisões dos Tribunais são obrigatória para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades. Porque é que estamos a violar um acórdão dos Tribunais?

Srs. Deputados, vamos reflectir seriamente sobre isso, porque eu não sei o que estamos a preparar para este país.

Ainda não estamos no carnaval. Vamos tirar as máscaras, pensar e ver o País real que temos.

Alguém disse aqui que os Tribunais estão mal, que a Justiça está mal e que é preciso fazer reforma. É o Tribunal Constitucional que vai fazer a reforma? Porque é que estamos a confundir o povo? A Justiça está mal, por isso é que estamos a mudar. O Tribunal Constitucional é que vai fazer reformas? Srs. Deputados, não confundamos o povo, porque este povo também está atento e este povo sabe o que estão a fazer.

Em relação à mudança de hora. Alguém esteve aqui há pouco tempo a comparar a hora de agora com a hora de antigamente, porque os senhores e os seus pais saíam de madrugada. Não estamos a ver outros

aspectos. Tirar uma criança de madrugadas para vir à escola, num contexto em que a criminalidade aumentou, em que a onda de violência aumentou, em que os assaltos aumentaram. Como é que estamos a proteger as nossas crianças? E agora, decidiu-se fazer um paliativo, mudar o horário das crianças para 7 horas e 30 minutos, e os pais têm que trabalhar às 7 horas. O que é que vai acontecer? Eles vêm para o trabalho e voltam para casa, para irem buscar as crianças, para deixarem na escola às 7 horas e 30 minutos. Estamos a pensar, estamos a trabalhar mesmo na questão de mudança de hora?

Porque é que esta Assembleia não foi tida nem achada na mudança de hora? Srs. Deputados, vamos pensar bem, vamos reflectir, porque este país é de todos nós. Todos nós juramos defender a democracia e vamos defender a democracia. Se não, as coisas podem descambar. Não sei como é que nós, os Deputados, que deveríamos fazer de tudo para proteger a lei e a democracia, colaboramos com uma coisa desta.

Eu quero pedir o bom senso e espero que o bom senso reine, para que possamos resolver os problemas em paz, porque este país é um país de paz e vamos continuar a fazer prevalecer a paz.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre, para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI): — Sr. Presidente, quero aproveitar o momento para associar a minha voz à de outros Srs. Deputados que usaram deste microfónico, para desejar ao povo são-tomense boas festas e que o ano de 2018 seja verdadeiramente um ano de prosperidade.

Eu se faço uso da palavra neste momento de interesse relevante, é justamente para também dar a minha contribuição a um aspecto que, no meu entender, requer mais esclarecimento e melhor interpretação e foi um dos temas da manifestação de ontem. Quero também cá dar a minha contribuição quanto à questão da hora. Ouve-se vários comentários e várias interpretações sobre aquilo que é a questão da hora, do fuso horário. E se formos pegar nas motivações que podem levar à distribuição do fuso horário, vamos encontrar várias motivações e, dentre elas, a que o Governo usou para alteração da hora. Dentre estas motivações, temos: motivações políticas, motivações económicas e motivações geográficas, sem levar em consideração, principalmente, a motivação do meridiano. Sabe-se que o globo está repartido por 24 meridianos, mas obrigatoriamente os países não têm que obedecer rigorosamente ao meridiano.

Eu queria citar cá alguns exemplos de alguns países que também tomaram essas decisões e, nestes países, as coisas aconteceram normalmente, sem grandes sobressaltos. Porquê? É uma adaptação que se vai fazendo em um determinado espaço. Se o Estado e o povo entenderem que não satisfaz verdadeiramente os objectivos, pode-se encontrar outras formas.

Eu queria citar alguns países que fizeram isso também. Se pegarmos, por exemplo, o Brasil, o Brasil é atravessado por quatro meridianos, ou seja, deveria ter quatro fusos horários. Cada região que tem um meridiano deveria ter uma hora, mas o que é que o governo brasileiro fez? Adaptou apenas três fusos.

Uma voz: — E agora.

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI): — Sim. Eram quatro e agora são três. É uma decisão do governo. Foi uma decisão política e económico, ou seja, três fusos horários.

Se formos, por exemplo, para a Austrália, que fez mais ainda. A Austrália é atravessada por 4 meridianos, mas o fuso mais nove, a Austrália aumentou mais nove e meia. Ou seja, 9 horas e 30 minutos. Se os países têm 9 horas, a Austrália teria, naquela região, 9 horas e 30 minutos. Por isso, não vejo confusões nisso.

Se formos para a China, é um exemplo mais coeso. A China é atravessada por 5 meridianos. Ou seja, a China devia ter, numa determinada região, uma hora, mais cinco, mais seis, mais sete, mais oito e mais nove, mas o governo chinês, em uma decisão política, decidiu que toda a China tivesse apenas uma hora, que seria mais oito.

Por isso, acho que nós, como Deputados, o nosso papel seria de clarificar e não confundir mais a cabeça das pessoas. A população, por falta de informação, está um pouco confusa e precisa de explicação e é o nosso papel dar uma explicação coerente, uma explicação coesa e não baralhar mais a cabeça das pessoas. Porquê? Porque nessa alteração o que vamos encontrar em caso de São Tomé de concreto. Pode-se reclamar que existe uma escuridão na fase inicial da manhã, mas vamos encontrar excesso de sol na fase da tarde e isso é uma questão de adaptação. Não há necessidade de crise nisso. Por isso, no meu entender, é uma questão que não requer polémica, não há necessidade de polémica nisso, é uma questão exactamente de adaptação. No meu ponto de vista, facilmente pode-se adaptar isso, se contribuirmos e se não andarmos a confundir a cabeça das pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva, para uma intervenção.

Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Junto também a minha voz para desejar bom ano a todo povo de São Tomé e Príncipe e àqueles corajosos que ontem saíram à rua e, porque hoje também é um dia especial para o povo de Ribeira Afonso, o meu Distrito, desejo festas felizes e um bom festejo do Santo Izidoro, também para todos quantos são juízes e todos quantos passarem por lá durante os festejos.

Sr. Presidente, começando a minha intervenção, disse cá uma Sra. Deputada, e não entendi bem o termo, que se subsidiou as pessoas, ontem, para estarem na manifestação, mas, verdade seja dita, a manifestação foi de forma gratuita, o povo demonstrou a sua indignação, o povo demonstrou o seu desagrado perante o poder e o povo saiu à rua.

Gostaria de dizer que houve subsídios, e subsídios chorudos, para aqueles senhores que a TVS deu um tratamento jornalístico que nós ontem pudemos assistir, em que um deles chamou por mim, na praça, mostrando os 10 milhões recebidos na mão do poder. E é irmão de um Deputado do ADI. O nome do indivíduo é Fausto, todos conhecem, é irmão do Deputado Joaquim Salvador. 10 milhões de dobras.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quem deu esse dinheiro é o Deputado Salvador. É a nota velha que vocês estão a roubar?

Protestos do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Outro assunto, também disse cá um deputado que me antecedeu, elogiando e fazendo o seu folclórico como é habitual, que este é um Governo rápido. Rápido em quê? Este é um Governo *lápido*.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD.

Outro assunto, Sr. Presidente, aí sim é uma preocupação, meramente distrital, com que vive o povo de Cantagalo, concretamente a localidade de Santana e arredores. Em 2009, a antiga Câmara, liderada pelo Deputado Jorge Correia, com a congénere a Câmara de Cascais, conseguiu trazer água captada à cidade de Santana, mas que corre com alguma dificuldade, devido o nível de caudal, que é fraco. No entanto, de lá para cá, o povo tem consumido essa água, que a EMAE, desde aquele momento até hoje, se recusa em levar o tratamento, para que a água seja própria para o consumo. Cobram as facturas, mas se recusam a fazer o tratamento necessário, para que a mesma se torne boa e própria para o consumo. E no distrito, hoje, o índice de infeções tem estado a crescer. Falo concretamente das infeções gastrointestinais como a febre tifóide e a infeção urinária, que são alarmantes no Distrito de Cantagalo.

O apelo que faço ao Governo é no sentido de que, se não tratam a água, então, que se pare de fazer as cobranças indevidas ao povo, tirando do bolso das pessoas o pouco que ainda resta.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Barros, desculpe dizer isso, mas está toda hora a perturbar a nossa sessão. Entendo que pode conversar sim, mas não constantemente. Vamos auto disciplinar-nos, para as coisas correrem bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, as minhas cordiais saudações a todo o povo são-tomense e a todos os estrangeiros que vivem no nosso país, uma terra maravilhosa, com águas tépidas.

Quero, em nome do meu Grupo Parlamentar, juntar-me a outros, desejando que 2018 seja realmente um ano de sucesso para a vida individual, profissional e colectiva.

Sobre o assunto de interesse relevante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, não poderia também deixar de fora o ambiente político que o País atravessa e que culminou, ontem, com um acto de manifestação, que é um acto legal, democrático, e nós, o ADI, somos a favor da democracia, por isso que gostaria de aproveitar o momento para felicitar o Governo e as autoridades que garantiram que essa manifestação decorresse de um forma pacífica e tranquila. Contudo, é necessário sublinhar um aspecto que a oposição reclama que é a democracia versus ditadura, que é necessário chamar atenção às pessoas. Enquanto estiver aqui, nesta Legislatura, não vou cansar-me de repetir a música, andam a acusar o ADI de ditadura, mas ontem vimos a democracia. O ADI, em 2012\2014 fez uma manifestação e houve detenção do ex-Ministro da Justiça, Dr. Elísio Teixeira na manifestação. Durante a manifestação, diante da TVS, houve detenção do vice-presidente da Assembleia que é hoje o actual Presidente da Assembleia, José da Graça Diogo.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Ilegal. A manifestação tem que ser legal.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Na manifestação contra o arroz podre, detiveram vários jovens. Isto sim era ditadura.

Uma voz do ADI: — Indignados.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Exactamente. Os jovens que se identificaram como indignados.

Houve várias detenções. Houve interrogatório em ministérios a vários ex-ministros, com termo de identidade e residência fixados, só pelo facto de terem assinado o memorando de entendimento, o que não é crime nenhum, no exercício das suas funções. E hoje vêm falar de ditadura!? Vêm dizer que não há democracia!? Eu não vou cansar de repetir essa música.

A Sr. Deputada Vice-Presidente pediu bom senso. Eu peço a todos os Deputados, sobretudo os da oposição, que tenhamos bom senso, porque todos estão a nos acompanhar.

O País tem história e temos que ser coerentes naquilo que dizemos, naquilo que fazemos e naquilo que queremos.

Sobre a questão do arroz de 13 contos, eu também, quando soube da chegada do arroz, já há alguns meses para cá, tive a amabilidade de perguntar ao Sr. Director do Comércio, por quê não a venda à população? Fui informado de que, no momento, o mercado está abastecido de arroz. Muitos comerciantes têm ainda no *stock* várias toneladas e não fazia sentido colocar à disposição, para não prejudicar o comércio interno e prejudicar os comerciantes. Isso é uma atitude corajosa e de sentido de Estado por parte do Governo.

O Sr. **Danilson Cotú** (MLSTP/PSD): — O senhor é muito mentiroso. Prejudicando o povo, que andou a comprar o arroz a 35 contos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sobre a questão da hora, gostaria aqui de felicitar o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre, que trouxe aqui uma explicação que deve ser tida em conta, por parte daqueles que querem aprender. Também a explicação da Sra. Deputada Alda Ramos.

Penso que nós todos são-tomenses, verdade seja dita, nós do ADI, reconhecemos que a questão do horário criou embaraço à população e reconhecemos e o próprio Governo assumiu que, depois de algum tempo, se vai fazer uma análise e, se for de facto benéfica, vamos continuar. Se não for, não será crime nenhum, não será vergonha nenhuma voltar aqui. Isto o Governo assumiu, nós assumimos e é assim que deve ser feito.

Eu quero aqui frisar que houve uma tentativa de deturpação de uma mensagem passada pelo Sr. Vice-Presidente, o Deputado Levy Nazaré. O Sr. Deputado Levy Nazaré, na sua intervenção, não disse ex-Tribunal Constitucional. O Sr. Deputado Levy Nazaré falou do ex- Presidente do Tribunal Constitucional.

Vozes do PCD e do MLSTP/PSD: — O quê? Oh.

São coisas diferentes.

Já que falo do Tribunal Constitucional, convém dirigir-me à população, para dizer que o ADI não criou o Tribunal Constitucional.

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Quer criar agora à força.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não quer criar, Sr. Deputado, vai à Constituição. O Tribunal Constitucional já está criado desde 2003. O que o ADI, a Assembleia Nacional, o Estado são-tomense, através da Assembleia Nacional, está a fazer é criar normativos para a sua separação e instalação.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Criado pelo ADI, e de forma ilegal.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — E para terminar, ainda a propósito da manifestação, felicito a todos que foram manifestar, porque é um acto democrático e, se houver mais manifestações, que vá manifestar, manifestar o seu desagrado, mas fico triste pelos organizadores, quando na manifestação dizem às *palaiês* que o Governo tem pecado, porque quer cobrar impostos às *palaiês*. Minhas Sras. e meus Srs. Deputados, isto é um assunto do Estado e nenhum Estado vive sem impostos. Para termos saúde, para termos educação, precisamos de sustentar. Aí que é que há responsabilidade e um homem do Estado nunca pode dizer isso, em momento nenhum. Eu pergunto, como é que um partido político que diz ser alternativa, que quer ser alternativa à governação, diz ao povo para não pagar os impostos?

Uma Voz do ADI: — É verdade, está a enganar o povo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Isto não existe em nenhuma parte do mundo. Isto demonstra que estes partidos não estão em condições de ser alternativa ao ADI. Portanto, mais 4 anos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, pedido de esclarecimento, artigo 102.^o.

O Sr. **Antônio Barros** (MLSPT\PSD): — Você não tomou papel, não vai.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos no capítulo de tratamento de assuntos de interesse político relevante. Portanto, em princípio, esclarecimento para este período...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Oh, homem já falou...

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — É sobre a intervenção da Sra. Deputada Maria das Neves que eu queria um esclarecimento.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Oh, não existe isto. Não está autorizado.

O Sr. **Presidente**: — Pode pedir *a posteriori*, agora não.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Nem agora nem depois.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Presidente, sinto-me já ultrapassado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP\PSD): — 1 minuto é muito pouco tempo para mim, Sr. Presidente.

Uma voz: — O ADI está com vinte e tal minutos.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Há uma questão que eu quero pôr às claras. Meus senhores, isto aqui é a Mesa da Assembleia. Estou a constatar que o Sr. Secretário...

O Sr. **Secretário** (Aérton do Rosário): — Não estou a contar o tempo.

O Sr. **Presidente**: — ...não está a contar o tempo, não está a fazer o trabalho que lhe compete.

O Sr. **Secretário** (Aérton do Rosário): — Não estou a contar o tempo. É ele que está a contar o tempo.

Referindo-se ao Sr. Secretário Nenésio Afonso.

Uma voz do ADI: — Sai de lá.

O Sr. **Secretário** (Aérton do Rosário): — Eu saio agora e já. É ele que está a contar o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Ele é um dos Secretários. A menos que eu lhe substitua.

O Sr. **Antônio Barros** (MLSTP\PSD): — Ditadores! Os homens são ditadores. Dizer ao Deputado para sair de lá!

O Sr. **Presidente**: — Ele está a serviço da Mesa da Assembleia. Sr. Deputado Antônio Barros, eu estou a falar para a Mesa da Assembleia. É uma situação que estou a verificar desde o início da sessão, em que ele tomou a posição de não contar o tempo. Não quer fazer nenhum. Se não está disponível para trabalhar, peça a sua substituição.

O Sr. **Secretário** (Aérton do Rosário): — Eu peço já. Pergunte a ele, ele sabe porquê. Eu não lhe admito. Estou aqui a serviço... Estou aqui a contar o tempo e ele interferiu, puxando-me o rato nas mãos. Eu não lhe admito. Não. Já o avisei há muito tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quer dizer que, no fundo, não quer trabalhar.

O Sr. **Secretário** (Aérton Crisóstomo): — Não quero trabalhar, não. Diz-lhe para cada um fazer o seu trabalho, para ele me respeitar. Não posso estar com a coisa na mão e ele puxar-me.

Risos do Sr. Vasco Guiva (MLSTP/PSD).

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado Vasco, isso aqui não é *Tchiloli*, não é mercado, é a Assembleia da República de São Tomé e Príncipe. Algum respeito. Estou a tentar a apaziguar os ânimos e o senhor ainda está a instigar.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado. O Sr. Deputado tem 3 minutos concedidos pelo Sr. Deputado do UDD, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP\PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar a todo o povo de São Tomé e Príncipe. Depois do fim do ano, regressamos ao nosso trabalho e gostaria de desejar a todos continuação de um bom ano 2018. Que seja um ano melhor para todos nós.

Sr. Presidente, não poderia deixar de agradecer, de viva voz, a todos aqueles que se dignaram em sair das suas casas, sem qualquer ofertas financeiras, para participar livre e voluntariamente na manifestação que realizamos ontem. Foi uma manifestação legal, porque diferentemente daquilo que aconteceu vários anos atrás com outros partidos, de acordo com a lei e no momento oportuno, introduziu-se uma comunicação na Polícia Nacional, marcou-se o itinerário e tudo foi cumprido, de acordo com a lei.

Ouvimos aqui a dizer que foi uma manifestação de 800 pessoas, mas temos informações das imprensas internacionais que dão conta de uma manifestação de milhares de pessoas ...

Murmúrios do ADI.

Portanto, que vá à *RDP África*, que vá ao *Diário de Notícia de Portugal* e veja o que foi a manifestação.

Infelizmente, falou-se aqui de alguém que foi detido numa situação anterior, dizendo que isso foi amostra de que não havia democracia, mas quero aqui fazer lembrar que o Dr. Elísio Teixeira, que até agora o Tribunal não resolveu o seu problema, foi detido, porque matou alguém. Deu tiro a um cidadão nacional, matou o cidadão e tinha que ser preso, mas foi libertado e até hoje a Justiça não actuou como deve actuar e o indivíduo está em liberdade. Matou e está em liberdade.

É esta a Justiça que nós queremos? Em que uns matam os outros e continuam em liberdade? A justiça que obriga cada familiar a fazer a justiça com as suas próprias mãos? Porque, quando alguém mata um meu familiar e continua em liberdade, eu terei que resolver o problema dessa pessoa. É bom que não deturpemos as coisas.

O que aconteceu ontem foi uma manifestação livre. Pudemos observar, em diversos distritos, actividades com *Bulauê*, Puítas, com bebidas e por aí fora, a desmotivar e convidar as pessoas para não virem à manifestação, mas as pessoas vieram. Comeram, beberam, mas vieram. Muitos receberam milhares de dobras, mas há uns que receberam e apareceram. Alguns receberam arroz, mas apareceram. Isso quer dizer que o povo manifestou, porque está realmente descontente. Isso tem que servir de lição para o Governo. O Governo tem que entender e não fazer como avestruz, meter a cabeça debaixo da areia. Tem que entender que o povo está descontente e fazer alguma coisa, para motivar o povo. Terá que fazer alguma coisa, para resolver os problemas do povo. Há que fazer alguma coisa para atender às reivindicações das pessoas. Quanto não, continuaremos a reivindicar, continuaremos a sair à rua, continuaremos a reivindicar a situação em que se vive neste país.

É claro que há quem não gosta de me ver a falar. Há até pessoas que dizem que, quando eu falo, já não se sentem enjoados. Digo, ainda bem que já não enjoam, porque todas as pessoas que enjoam de mim terão de engolir o seu enjoo. Quando enjoam, tem que vomitar e ao vomitar terão que me engolir de novo.

Risos e aplausos do MLSTP\PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Gostaria de desejar a todos um bom ano 2018 e à população de São Tomé e Príncipe desejo que este ano seja melhor do que o ano 2017.

Sr. Presidente, eu também gostaria de dar a minha colaboração em relação àquilo que se tornou em polémica, com relação ao novo horário da nossa República. Eu queria só dizer aos Srs. Deputados que devemos passar essa mensagem à nossa população. Há dias, ouvi uma reportagem da TVS, em que uma jovem estudante do Liceu Nacional dizia que está a ser difícil habituar-se com esse novo horário, mas que ela entende que vai ser muito bom para as pessoas, para também incutirem em si maior responsabilidade, levantarem-se mais cedo, prepararem-se mais cedo e contribuir da melhor forma.

A intervenção dessa aluna mexeu comigo

Risos do PCD e do MLSTP/PSD.

...uma menina, se calhar, dos seus 15 ou 16 anos, na medida em que ela falava de responsabilidade. Se uma aluna do Liceu Nacional fala de responsabilidade, levantar cedo, nós enquanto defensores do povo, enquanto instrutores da Nação, estamos a confundir as pessoas. Acho isso muito triste! Ouvi intervenções de alunos que se levantam, está bem, acho que o Governo deve criar mecanismos, de forma que se proteja os alunos dos actos ilícitos que possam acontecer na calada da noite ou ainda de madrugada, mas levantar cedo é um acto de responsabilidade, é um acto que os estudantes têm que fazer. Entendo que o nosso país não possui outros minérios, outras riquezas, a não ser a nossa massa cinzenta, e os nossos alunos, ao levantarem-se cedo, ainda poderão ler e estudar um bocadinho, antes de irem à escola, e depois procurar deitar-se mais cedo. Eu entendo que a produção de qualquer país, de qualquer cidadão, deve ser logo cedo. Daí que, ao levantar mais cedo, está a produzir mais.

Agora, eu não entendo porquê...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Cada um tem a sua hora.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Deputado, eu também gosto muito de dormir, mas quando eu tenho a minha responsabilidade, levanto-me nem que seja à meia-noite, uma hora, duas horas. Fui estudante e me levantava às 2, 3 horas da madrugada, para estudar no Largo da Juventude, na Região Autónoma do Príncipe. Quem me conhece, já me viu de madrugada, no Largo, a estudar. É nesta altura que a nossa massa cinzenta está mais bem preparada para receber os ensinamentos da vida...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Não é toda gente.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Eu gostaria de felicitar o Governo e a todas as instituições bancárias, por causa da questão da nova dobra. Tudo correu da melhor forma possível.

Temos aqui o Sr. Ministro, para levar esta mensagem. Apesar dos obstáculos que tivemos, hoje, temos a nova dobra, graças a este Governo, que teve determinação, e os Deputados do Grupo Parlamentar da maioria, que puderam zelar para esse efeito. Estão de parabéns e que continuem com essas medidas, porque medidas são para serem tomadas...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSPT/PSD): — É. Desvio de duas malas de dinheiro. A gente sabe onde foi.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ... outro aspecto que eu gostaria de frisar, Sr. Ministro, é em relação às bombas de combustível, na Região Autónoma do Príncipe. Gostaria que o Governo revisse esse aspecto com a ENCO, de forma que não aconteça mais a situação que tem estado a ocorrer, em relação à venda de combustível. Sabemos que, por causa deste Governo, a ENCO tem hoje depósitos com grande capacidade na Região Autónoma do Príncipe e não entendemos por que é que, quando há uma falha de barcos, de 15 dias, a população fica sem combustível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, por amor de Deus! Eu gostaria que apenas intervíssemos em assuntos que temos aqui agendados e não nos excedêssemos, nem trouxêssemos assuntos particulares de cada um para a sessão plenária.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, como mentir não é minha característica, tenho aqui a nota que foi lida, que vem da Procuradoria-Geral da República, e passo a lê-la novamente, para que a população toda saiba aquilo que eu disse e confirme o que eu havia dito.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Outra vez?

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Isso é praga.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — «Na sequência de uma denúncia feita pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e que consubstanciou no desencadeamento do acto de instrução preparatória, verifica-se que há fortes indícios da prática, por parte de Delfim Santiago das Neves, de crime de corrupção activa, fraude e abuso de confiança fiscal, branqueamento de capitais, uma vez que há elementos de que o mesmo, a mando de Osvaldo Vaz, entregou ao Justino Tavares Veiga a quantia de 100 000 euros, para ser remetido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, com vista a obter decisão favorável, num recurso

relacionado com a Cervejaria Rosema, que corre os seus termos no Supremo Tribunal de Justiça.» Eu não sou mentiroso, está aqui.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — E o cheque está aonde?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sobre o Tribunal Constitucional, gostaria de dizer que o Tribunal está criado desde 2003, apenas estamos a materializar uma norma transitória, que já está transitória há 14 anos. O que a oposição tenta dizer às pessoas é que a única competência do Tribunal Constitucional é sobre as eleições, mas não. Há muitas outras competências do Tribunal Constitucional, que visam, quer sobre a matéria de direitos fundamentais do cidadão, quer sobre a matéria da legalidade dos actos, principalmente dos actos públicos. Daí que querer dizer à população que o Tribunal Constitucional é apenas para julgar na matéria eleitoral é mentira. É mais um nível jurisdicional que vai decidir sobre a vida de qualquer cidadão, qualquer empresa, qualquer pessoa singular ou pública que não está satisfeita com uma decisão da 1.ª ou da 2.ª Instância. Há agora o Tribunal Constitucional para se recorrer,...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Tribunal Constitucional para se recorrer?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...o que dantes estava só num mesmo tribunal que é o Tribunal Supremo, que ao mesmo tempo era o mesmo Juiz, aqui foi dito.

E eu concordo com do Sr. Deputado Jorge Amado que há muitos problemas nos Tribunais e o problema não é de hoje. Já ouvimos aqui mesmo a Sra. Deputada Maria das Neves falar, várias vezes, de roubo, crimes e assaltos, etc. Logo, é preciso de facto credibilizar aquele tribunal, que não seja um tribunal dos pequenos, do Zé pequeno, do povo, mas um tribunal de toda gente. Mesmo os dirigentes, os políticos, todos aqueles que infringirem as normas, devem estar sujeito às leis e aos ditames dos próprios Tribunais. Daí que a questão dos Tribunais não é uma coisa para se brincar.

Já disse aqui, não tive muito tempo, mas temos um juiz que não tem formação, repito, não tem formação nenhuma, e estava a julgar, estava decidir as vidas das pessoas, e esse mesmo juiz dava aulas nas universidades em São Tomé e Príncipe. Isto não é brincadeira, é coisa para levarmos a sério. Logo, é preciso criar o Tribunal Constitucional, mas é preciso também fazer uma reforma nos Tribunais. Eu já havia dito e, volto a dizer aqui, no sistema há muita gente boa, há juizes capazes, competentes, e não é dito por mim, os inspectores portugueses vieram, fizeram avaliação e deram uma nota aos Magistrados. Avaliaram os juizes e as notas estão lá. Há juizes que tiveram muito bom, há Juizes que tiveram bom, há juizes que tiveram suficiente, mas há juizes que tiveram medíocre. Isso não é Levy que está a dizer. Daí, é necessário fazermos a inspecção. O Presidente da República é inspeccionado nas urnas, nas eleições, nós, os Deputados, somos inspeccionados através do voto, 4 em 4 anos. Os juizes, como é que são avaliados?

Uma voz: — Inspecção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...eles não têm poder absoluto. Através da inspecção. Então, como é que não se cumpre o resultado da inspecção, se o resultado veio medíocre, bom, muito bom, porquê que não se cumpre? Já se viu um aluno, na escola, que tira negativas e é aprovado? Os nossos filhos que vão à escola e tiram 2, 3 e 4, aprovam? Isso acontece? Então, como é que um juiz que teve medíocre continua no sistema. Tudo isso está mal. Não venham dizer que é Levy, porque há advogados aqui que também têm que falar. A sociedade civil tem que falar, toda gente que está na classe tem que falar. Os próprios funcionários judiciais. Há muitos funcionários judiciais, bons trabalhadores, há funcionários judiciais competentes, há funcionários judiciais que dão tudo de si para melhorar os Tribunais, mas há uns que não estão no sistema, apodrecendo o nosso sistema. Por isso, temos que ter cuidado e não misturar toda gente. Não misturar todos juizes, todos magistrados, e não misturar todos os funcionários judiciais, porque há lá muita gente boa, mas esses também têm que ser avaliados, para sabermos quem é quem e melhorarmos o nosso sistema. Por isso, a reforma da justiça tem que continuar.

Sra. Ministra da Justiça, Governo, a nossa reforma tem que continuar...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Avaliar de forma imparcial.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Foi imparcial sim, porque foram os magistrados portugueses. E se for necessário haver um momento transitório, para que a nível da CPLP outros magistrados, com que temos acordo de cooperação, virem julgar a justiça, não há problema nenhum.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Ai é?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não há problema nenhum. Timor Leste é um país soberano,...

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Mau exemplo.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — ... é um país da CPLP e, durante alguns anos, magistrados de Portugal e Cabo-Verde estiveram a administrar a Justiça em Timor Leste.

A nossa justiça como está não dá para continuar e toda gente sabe. Aquilo é filho, primo, sobrinho, sogro, mulher. Toda gente sabe que Levy não está a mentir.

Estão a preparar um novo concurso para entrar filhos, filhas, primos. Não dá para continuar assim. Isto não é problema do ADI, é problema de todos nós. Temos que estar atentos e vigilantes quanto à situação da Justiça. Daí que não vamos continuar a brincar com a questão dos juizes. É preciso fazermos a reforma, é preciso continuarmos a trabalhar, porque hoje são alguns, hoje é aos irmãos Monteiro que queriam tirar a fábrica, mas amanhã pode ser qualquer um de nós. Eu volto a dizer, pode ser um cidadão que tem a sua gleba, alguém do poder porque tem dinheiro para ir corromper os juizes, porque tem influência política chega, dá o juiz dinheiro e o cidadão perde a sua terra.

O Sr. Deputado da UDD é agricultor, o senhor fala todos os dias da agricultura, trabalha e dá emprego, e é verdade, temos que aplaudir, mas amanhã alguém, querendo a sua terra, poderá subir aos Tribunais, pagar um juiz e o senhor perder a sua terra. O senhor acha isto bem? Por isso, é um problema de todos nós. Somos da Nação são-tomense e não podemos brincar com isso, porque amanhã todos nós estaremos sujeitos a que as coisas descambem.

Como disse o Sr. Deputado Jorge Amado, eu digo de uma outra forma, temos responsabilidades políticas e não devemos permitir que se faça justiça com as próprias mãos. Não podemos permitir que a justiça se faça com as mãos das pessoas que se sentem injustiçadas por um tribunal muitas vezes injusto. E aí a responsabilidade é de todos. Espero que quando chegar o momento haja consenso na matéria da reforma da Justiça. Se não houver consenso, avançaremos com a maioria que temos.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Terminadas as intervenções, no âmbito de tratamento de assuntos de interesse político relevante, vamos imediatamente entrar no período da ordem do dia.

Sras. e Srs. Deputados, por decisão da Conferência de Líderes, esta reunião conta com três pontos no período da ordem do dia, sendo a destacar como primeiro ponto a discussão e aprovação, na generalidade, do projecto de lei n.º 27/X/7.ª/17 – Lei sobre a Parceria Público-Privada, com um tempo para intervenção de 60 minutos, assim distribuídos: o Governo tem 21 minutos, o ADI tem 21 minutos, o MLSTP/PSD tem 10 minutos, o PCD tem 5 minutos e o Deputado do UDD tem 3 minutos.

Neste sentido, convido o Líder do Grupo Parlamentar do ADI ou outro Deputado deste Grupo Parlamentar, para fazer a apresentação da iniciativa legislativa, atinente ao projecto de lei n.º 27/X/7.ª/17 – Lei sobre a Parceria Público-Privada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para fazer a apresentação do projecto de lei.

O Sr. **José António Miguel (ADI)**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Gostaria de aproveitar a ocasião, à semelhança do que fizeram os outros, para felicitar a todos e desejar que este novo ano seja melhor do que o ano passado.

Passo a fazer a apresentação da nota explicativa do projecto de lei sobre a parceria Público-Privada.

«A República Democrática de São Tomé e Príncipe, enquanto um pequeno Estado Insular, não pode ficar indiferente às transformações sociais eminentes que são cada vez mais globalizantes. Actualmente, os Estados têm assumido sempre mais novas funções, inclusive produtivas, com vista à satisfação das necessidades sociais públicas, mas que contribuem para um elevado esforço financeiro, traduzido no aumento das despesas públicas, que se consubstanciam, inevitavelmente, em endividamento público e que, por vezes, não correspondem ao aumento de qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Isso tem provocado alteração do real papel do Estado na economia do País, bem como a forma como deve ser perspectivada a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos.

A realização de determinadas actividades prosseguidas por entidades privadas e subjacentes à prestação de certos serviços públicos tem levado à percepção de que nestes é possível tirar proveito da melhor capacidade de gestão do sector privado, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, com vista a gerar poupanças consideráveis na utilização dos serviços públicos. Pelo que a realização de algumas acções, como a reabilitação, a construção de infra-estruturas rodoviárias, aeroportuárias, portuárias, de abastecimento de água, de energia, de saneamento, bem como também das cidades, entre outras, poderiam ser desenvolvidas pelo sector privado, em estreita colaboração com o sector público, sendo que o arranque do mesmo, o desenvolvimento e a conclusão dos referidos projectos seriam financiados pelo sector privado, cuja recuperação dos investimentos, por parte destes, seria realizado *a posteriori*, através da exploração do serviço durante determinado tempo, em regime de concessão.

Entende-se que o estabelecimento dessa relação entre o Estado e os particulares deve assumir a forma de parceria público-privada que, como se sabe, foi um factor determinante na alavancagem do

desenvolvimento de vários países.

Por isso, o facto de São Tomé e Príncipe não dispor de nenhuma legislação para a promoção e regulamentação das parcerias público-privadas tem condicionado os esforços do Governo, o que inibe a iniciativa do privado com o impacto negativo no desenvolvimento do país e, em particular, na melhoria das condições de vida da sua população.

Neste sentido, pretende-se que o presente projecto de lei institua princípios gerais de eficiência e economia, relativos à repartição de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado, que permita dotar a relação contratual subjacente de uma harmonia e equilíbrio ao nível da assunção de responsabilidades e da distribuição de riscos inerentes.

No nosso ordenamento jurídico, existem algumas formas de relacionamento entre o Estado e os particulares que podiam ou deveriam ser tratadas no âmbito de uma parceria público-privada, o que não acontece, por não existir legislação específica sobre a matéria.

Outrossim, pretende-se que o presente projecto de lei institua a consagração plena, no nosso ordenamento jurídico, de princípios segundo os quais a parceria apenas se justifica quando se revelar vantajosa, em confronto com o comparador, digamos o sector público.

Necessário se torna ressaltar que este projecto manifesta uma grande preocupação entre o regime geral, aplicável às parcerias público-privadas, com eventuais regimes sectoriais, os quais se podem revelar extremamente úteis para efeitos de lançamento de programas integrados de parceiros pelos vários ministérios.

Por este facto, este projecto de lei, cujo objecto é a definição de normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na determinação, concepção, preparação do concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas e a criação de uma unidade técnica de apoio às parcerias público-privadas, irá fornecer ao Estado são-tomense um quadro regulador para a promoção, desenvolvimento e regulação das parcerias público-privadas, em São Tomé e Príncipe.»

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Dando continuidade aos nossos trabalhos, convido o relator ou um membro da 4.^a Comissão Especializada Permanente, indicado para o efeito, para proceder à leitura do parecer.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentar, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Antes de mais, permitam-me desejar um bom ano a todos e que o ano 2018 nos traga muita saúde, muita paz e prosperidade.

«Parecer relativo ao projecto de lei n.º 27/X/7.^a/2017 — Sobre a Parceria Público-Privada.

Nota introdutória.

O projecto de lei n.º 27/X/7.^a/2017 – Sobre a Parceria Público-Privada baixou, por determinação de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, à 4.^a Comissão Especializada Permanente, para efeitos de análise e emissão do respectivo parecer, ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Nacional, para ser submetido à apreciação desta augusta Assembleia e, em caso de aprovação, ser posteriormente encaminhado à Presidência da República, para efeitos de promulgação.

Para o efeito, a 4.^a Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 14 de Novembro do corrente ano para, de entre outros assuntos, proceder à apreciação do documento supramencionado e indigitar o relator, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Nacional, o que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Ana Isabel Meira Rita.

Enquadramento Legal.

A iniciativa em apreço foi exercida nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, conjugada com o artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional e cumpre os formalismos legais previstos no n.º 1 dos artigos 142.º e 143.º deste mesmo Regimento.

Conceptualização.

É objecto do presente projecto de lei “a definição de normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na determinação, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas”.

As parcerias públicos privadas (PPP) consistem em contractos assinados entre uma entidade pública (administração central ou empresa pública) e uma entidade privada. É um modelo de gestão administrativa segundo o qual o Estado se une a outro órgão ou a um particular para a realização de determinados serviços.

A parceria público-privada assume o compromisso de disponibilizar à administração pública uma certa utilidade mensurável, mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projectada, financiada e construída. Em contrapartida, há uma numeração periódica paga pelo Estado e vinculada ao seu desempenho no período de referência.

Considerandos.

Pode-se antever que as PPP exercerão um importante papel no desenvolvimento económico-social do País, na medida em que:

- a) Trazem proveitos à Administração Pública, sendo um instrumento eficaz na obtenção de recursos destinados a serviços públicos;
- b) Estimulam o desenvolvimento do sector privado, o que acaba por fortalecer a economia do País;
- c) Melhoram a qualidade e a eficácia de serviços prestados ao cidadão.

Recomendações.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente é do parecer que o projecto de lei n.º 27/X/7.ª/2017 – Sobre a Parceria Público-Privada reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais e recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que o presente projecto de lei seja submetido ao Plenário, para análise e votação. Quarta Comissão Especializada Permanente, aos 28 de Novembro de 2017.

O Presidente, Abnildo d' Oliveira.

A Relatora, Ana Isabel Meira Rita.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de informar que está aberto o debate, na generalidade, sobre este ponto, pelo que convido as Sras. e os Srs. Deputados, para intervirem, se for necessário, neste sentido. Alguma intervenção, Sras. e Srs. Deputados?

Pelo silêncio, interpreto que está tudo esclarecido e podemos passar para a outra fase.

Portanto, posso considerar que não há intervenções neste ponto?

Não havendo, passemos à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 27/X/7.ª/2017 — Lei sobre a Parceria Público-Privada.

Submetido à votação, foi aprovado com 46 votos a favor e uma abstenção.

Vamos agora apreciar o segundo ponto da ordem do dia, discussão e aprovação, na generalidade, do projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017 – Lei-quadro dos Recursos Hídricos, com 60 minutos para debate, assim distribuídos: o Governo tem 21 minutos, o ADI, 21 minutos, o MLSTP/PSD tem 10 minutos, o PCD, 5 minutos e o Deputado do UDD tem 3 minutos.

Posto isto, convido o Líder do Grupo Parlamentar do ADI ou um outro Deputado do mesmo grupo indigitado para fazer a apresentação desta iniciativa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine de Ceita.

A Sra. **Bilaine de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, vou então fazer a apresentação do projecto de Lei-quadro dos Recursos Hídricos.

Portanto, trata-se de uma iniciativa que visa regulamentar a gestão das águas de domínio público em São Tomé e Príncipe. Como sabem, a água possui um enorme valor económico, ambiental e social, fundamental à sobrevivência do homem e dos ecossistemas no planeta.

Por muitos anos, subsistiu a ideia de que água era um recurso infinito, no entanto, com as alterações e mudanças climáticas, de um modo geral no planeta e de um modo em particular em São Tomé e Príncipe, a água tem-se tornado um recurso cada vez mais escasso e precioso.

O uso nacional da água, bem como a sua protecção e fiscalização, torna-se cada vez mais imperioso.

É neste âmbito que surge então essa iniciativa. Sendo assim, a Lei-quadro dos Recursos Hídricos vem, dentre outros objectivos, responder aos novos desafios de adequação da gestão integrada da água, a sua racionalização e a maximização dos benefícios económicos deste bem, cuja disponibilidade, em quantidade e em qualidade adequada, pode torna-se escassa ao nível nacional e mundial.

Vem também garantir uma maior participação da população na gestão e execução das políticas públicas da água, pois incorpora uma nova perspectiva sócia ambiental, possibilitando o combate à poluição hídrica e a desertificação.

Vem também adoptar uma estrutura orgânica que visa criar uma maior rigidez, na fiscalização contra o mau uso da água.

Em suma e de um modo geral, pretende-se com implementação deste projecto de Lei-quadro dos Recursos Hídricos, organizar, coordenar e mobilizar meios técnicos, humanos e institucionais, ao nível nacional e internacional, em busca da solução de diversas situações de risco, em defesa da sustentabilidade da água, onde acções como a sensibilização e prevenção constituem prioridade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Eram 12 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita, para a leitura do parecer da 4.ª Comissão.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, «Parecer relativo ao projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017 – Lei-quadro dos Recursos Hídricos.

Nota introdutória.

O projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017 Lei-quadro dos Recursos Hídricos, submetido pelo Grupo Parlamentar do ADI, em 16 de Novembro de 2017, baixou por determinação de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional à 4.ª Comissão Especializada Permanente, para efeito de análise e emissão do respectivo parecer, ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Nacional, para ser submetido à apreciação desta augusta Assembleia e, em caso de aprovação, ser posteriormente encaminhado à Presidência da República, para efeitos de promulgação.

Neste sentido, a 4.ª Comissão Especializada Permanente reuniu no dia 28 de Novembro do corrente ano para, de entre outros assuntos, proceder à apreciação do documento supramencionado e indigitar o relator, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Nacional, o que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Ana Isabel Meira Rita.

Enquadramento legal.

A iniciativa em apreço foi exercida nos termos do artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional e cumpre os formalismos legais previstos no n.º1 dos artigos 142.º e 143.º do referido Regimento.

Conceitualização.

Os recursos hídricos são as águas existentes no nosso planeta, que estão disponíveis para o uso dos humanos em algum sentido, tais como os oceanos, rios, lagos, etc.

A água (H₂O), líquido natural, transparente, incolor, geralmente insípido e inodoro, indispensável para a sobrevivência de maior parte dos seres vivos.

A água cobre cerca de 71% da superfície terrestre.

É objecto do presente projecto de lei criar um regime jurídico para uma gestão integrada de recursos hídricos, permitindo assim uma melhor racionalização e a maximização dos mesmos, estabelecendo condições objectivas e subjectivas para a criação de entidades nacional, regional e distrital.

Considerandos.

Os recursos hídricos estão sujeitos a maior pressão no que respeita aos impactos das alterações climáticas. Face ao maior compromisso internacional em prol de uma agenda de protecção do ambiente, nomeadamente com a entrada em vigor do Acordo de Paris, do qual São Tomé e Príncipe é Estado parte, a implementação deste regime jurídico irá facilitar:

- a) O controlo e uso racional da água, de modo a garantir a sua sustentabilidade e o acesso de todos;
- b) A participação da população na gestão e execução das políticas públicas das águas;
- c) A incorporação de uma nova perspectiva sócio ambiental, possibilitando o combate a poluição hídrica e a desertificação.

Recomendações.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente é do parecer que o projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017 harmonizará as directrizes do sector da água ao nível nacional, reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais e, assim, recomenda à Mesa da Assembleia que o presente projecto de lei seja submetido ao Plenário, para análise e votação.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente, aos 15 de Dezembro de 2017.

O Vice-Presidente, José Manuel Costa Alegre.

A Relatora, Ana Isabel Meira Rita.»

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente José Diogo.

Eram 12 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de informar as Sras. e Srs. Deputados, de que a Mesa vai agora disponibilizar o tempo para colher as vossas contribuições em relação ao assunto em apreço, Lei-quadro dos Recursos Hídricos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, na verdade e como se disse aqui a nível da apresentação da iniciativa, pretende-se com o projecto promover maior racionalidade na distribuição desse recurso, e temos que aplaudir. Porquê que o PCD aplaude isso? Porque entendemos que um projecto dessa envergadura vai permitir que se tenha mais racionalidade no que diz respeito ao processo de distribuição de água. Para nós, é importante que se evite efectivamente, e esse projecto poderá contribuir nesse sentido, distribuições e ligações políticas de água. Liga-se hoje e, não obstante a festa, *bulauê* mão chão-chão, pouco tempo depois, seca, a população não tem mais água. Então, esse projecto poderá vai promover que se tenha alguma racionalidade, que se pense mais em termos técnicos do que em termos políticos, essas distribuições que se pode dizer «para inglês ver».

E, por outro lado, esse projecto de lei, também acho e o meu grupo parlamentar concorda, se reveste de uma importância aceitável sim, porque se pode permitir que se promova justamente a questão do

tratamento da água, antes de se distribuir à população. Duas localidades podem ser exemplo. Esteve cá o Deputado Vasco Guiva que falou do caso de Santana, onde se distribui a água sem tratamento nenhum, o que traz consequências para a saúde humana e, por outro lado, um caso que eu conheço mais de perto que é Santa Margarida, onde a água que corre, de vez em quando, também é desprovida de qualquer tipo de tratamento e, como consequência, há doenças de origens hídricas, pessoas com infecção urinária, infecção nos rins. Há outras localidades, podemos falar de Pantufo, Riba Mato por aí adiante.

Então, esse projecto conta com o nosso apoio, vamos aplaudir e votar a favor dele, porque entendemos que o facto de permitir que se faça ou que se cuide da água sem apetites políticos será uma mais-valia para o nosso País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, como disse o Deputado que me antecedeu, a questão de água é deveras pertinente. Para quem está atento e acompanha as grandes questões do mundo, dos outros países e neste mundo global que São Tomé e Príncipe, obviamente, também faz parte, poderá entender e perceber a pertinência desta iniciativa. Daí que não posso deixar de louvar, tendo em conta que é uma iniciativa do Partido ADI, é um projecto do Partido ADI, preocupado com a situação da água ao nível nacional.

As questões que foram aqui ditas, quer a sua racionalidade, quer a sua distribuição, quer o seu tratamento e o aproveitamento melhor da água, para não haver desperdício, é o mote que levou a que tivéssemos essa iniciativa. E fico satisfeito em saber que essa iniciativa colhe consenso, pelo menos da parte do PCD, que já se manifestou, e penso também que colherá consenso da parte do MLSTP/PSD, porque água é uma questão que diz respeito a todos nós. E, como havia dito inicialmente, os grandes conflitos no futuro, na minha opinião, será por causa da água. Esperemos que consigamos rapidamente, quando digo nós é todo mundo, ver como é que daremos a atenção devida à questão da água, porque hoje, se os conflitos têm outras razões, no futuro será por causa da água. Daí que estamos todos de parabéns, primeiro o ADI, por ter a iniciativa, e depois todo o povo de São Tomé e Príncipe, por ser uma matéria não conflituosa e por ser uma matéria de consenso.

O que é importante também, para as pessoas que têm responsabilidades na questão da água, principalmente a EMAE, e não só, é educarmos as pessoas, desde as crianças, desde tenra idade, a poupar a água. Há muito desperdício da água no dia-a-dia, nos nossos afazeres, no uso que fazemos da água. Desperdiçamos muita água. É preciso uma campanha de sensibilização permanente e constante, para a racionalização no uso da água. Um exemplo claro e termino por aqui, muitos de nós, esmagadora maioria da população, ao levantarmos de manhã, escovar os dentes, abrimos a torneira e, enquanto estamos a escovar os dentes, a água fica a escorrer. Não fechamos a torneira. É um exemplo só que eu trago aqui.

Logo, é preciso preparar as pessoas, educar as pessoas, sensibilizar as pessoas de que, enquanto não estamos a precisar de água, fechemos as torneiras, mesmo estando num acto continuado de uso de água. E isso que é fundamental, porque é um bem que uns podem ter e outras zonas não têm.

Se fizermos um esforço, talvez poderemos poupar a água para toda a comunidade são-tomense poder beneficiar desse bem tão precioso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de juntar também a minha voz à dos outros colegas Deputados que aplaudiram a iniciativa, para dizer que a questão da distribuição de água para a população é tão importante que mesmo com o apetite político é bom que de facto se faça a distribuição de água à população, até porque quando bebemos um copo de água antes da refeição abre até o apetite para comermos de forma mais saudável.

Como eu ia dizendo, essa é iniciativa do Grupo Parlamentar do ADI e eu registei com agrado que essa iniciativa colhe a aceitação por parte de todos os outros Srs. Deputados.

É só isso que eu gostaria de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para uma intervenção.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho juntar a minha voz à de outros colegas Deputados que me antecederam.

É para dizer que o problema de água em São Tomé e Príncipe é um problema vasto. No distrito onde moro, que é o Distrito de Caué, a única comunidade que tem água tratada é Angolares. Na cidade de Angolares há um depósito em que, de vez em quando, se trata a água. Lembro-me muito bem que já tinha feito reclamação aqui que de tratamento aquilo não tem nada. Ao nível da cidade de Angolares, quando chove, a água que sai das nossas torneiras é totalmente turva. Se pusermos a água num balde, no dia seguinte, o cloro que é usado para o tratamento da água fica no fundo. Eu, às vezes, me pergunto: e as

peças que quando têm sede vão directamente para a torneira e colocam lá as mãos e bebem aquela água? É aquela água que a população de Angolares vem usando. A EMAE, que tem a incumbência de fazer aquilo que deveria ser feito, ao longo desses anos, a nível de Angolares, para o tratamento da água quase que não faz nada, porque os resíduos ainda continuam a sair das nossas torneiras.

Em princípio, tínhamos cerca de 4 depósitos, mas alguns desses depósitos encontram-se com fissuras e já não acumulam água. E a água é saída do mato para o primeiro depósito e é no primeiro depósito que é colocado aquele cloro, para fazer o tratamento da água.

Meus senhores, o tratamento que se está a fazer àquela água não sei como é que está a ser feito. Se é por boa-fé ou se é por má-fé.

Todas as comunidades que compõem o Distrito de Caué bebem água do mato, ou seja, aquela água do rio. E se estamos a tratar de um documento que é imprescindível para o problema da água, pensemos primeiro no tratamento da água, como devia ser.

Algum tempo atrás, ouvi que o Governo fez um acordo com uma empresa estrangeira e vai-se exportar a água para exterior do País. Eu gostaria de perguntar, se nós ainda não resolvemos o problema da água para a nossa população, vamos exportar a nossa água?

O apelo que eu deixo é, antes que comecem a exportar a água, resolvam o problema da população de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Bem, espero que esteja tudo esclarecido e, assim sendo, convido as Sras. e os Srs. Deputados a passarmos à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 30/X/ 7.ª/2017.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos ao terceiro ponto da ordem do dia, que tem a ver com a votação final global do projecto de lei n.º 29/X/7.ª/2017 – Lei Contra o Terrorismo e o seu Financiamento. Gostaria de informar que esse projecto de lei foi analisado e aprovado na especialidade pela 1.ª Comissão Especializada Permanente. Assim sendo, convido o relator ou um dos membros da 1.ª Comissão a proceder à leitura do referido relatório.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, «Relatório de análise e votação, na especialidade, do projecto de lei n.º 29/X/7.ª/2017 – Lei Contra o Terrorismo e o seu Financiamento

I. Introdução.

No dia 4 de Dezembro de 2017, a 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e votação, na especialidade, do projecto de lei n.º 29/X/7.ª/2017 – Lei contra o Terrorismo e o seu Financiamento.

Estiveram presentes nessa sessão de trabalho os Srs. Deputados Idalécio Quaresma, que a presidiu, Alda Ramos, José António Miguel, em substituição do Sr. Deputado Levy Nazaré, Esmail do Espírito Santo, Berlindo Vilela Silvério, do Grupo Parlamentar do ADI, Vasco Guiva, Manuel Marçal Lima, António Monteiro, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e Delfim Neves, do Grupo Parlamentar do PCD.

Na perspectiva de uma análise mais alargada e, daí, mais profícua, estiveram de igual modo presentes os Srs. Idalino Rita, Paulo de Araújo Ribeiro de Ceita, Rodolfo Viana Fernandes e Abzlay Afonso Pires, Coordenador, Coordenador-Adjunto e os Juristas da Unidade de Informação Financeira (UIF) do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul e o Sr. Mondlane Lopes Tomé, do Gabinete dos Estudos do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), todos em representação do Governo.

II. Análise da proposta de lei

A discussão na especialidade do projecto de lei Contra o Terrorismo e o seu Financiamento resultou na apresentação de 6 (seis) propostas de emenda, como a seguir se indicam:

a) Propostas de Emenda.

O artigo 9.º passou a ter a seguinte redacção: “É garantida a protecção a quem tiver colaborado na investigação dos crimes previsto no presente capítulo, nos termos da legislação em vigor.”

A subalínea iv da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º passou a ter a seguinte redacção: “Pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades que actuem em nome ou sob as instruções de uma ou mais pessoas ou colectivas, grupos ou entidades referidas em subalíneas i. e ii.”

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º passaram a ter a seguinte redacção:

“1 ... quaisquer fundos ou outros activos económicos que aquelas possam utilizar ou dos quais possam beneficiar é punido com pena de prisão de 3 a 5 anos ou de pena de multa até 300 dias.

2. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou de multa até 300 dias.”

Os n.ºs 2 e 4 do artigo 16.º passaram a ter a seguinte redacção:

“1.... é punido com pena de prisão de 3 a 5 anos, caso se trate de pessoa singular, ou de pena de multa até 300 dias, caso se trate de pessoa colectiva ou entidade equiparada.”

“4. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou de multa até 300 dias.”

III. Votações.

Com as devidas alterações, o projecto de lei contra o Terrorismo e o seu Financiamento foi submetido à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovado por unanimidade.

IV. Texto final.

Por fim, a Comissão elaborou o texto final da proposta de lei, em anexo ao presente relatório, que devem ser submetidos à votação final global pelo Plenário desta augusta Assembleia.

A Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, em São Tomé, 11 de Dezembro de 2017.

O Vice-Presidente, Idalécio Quaresma.

O Relator, Manuel Marçal Lima.»

O Sr. **Presidente**: — Após a leitura do relatório, passemos à votação final global do projecto de lei n.º 29/X/7.ª/2017 – Lei contra o Terrorismo e o seu Financiamento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Sras. e Srs. Deputados, terminamos assim os nossos trabalhos de hoje e, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença e a participação de todos.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 20 minutos.